



Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

ATA
12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
CULTURAL

Brasília (DF), 07 e 08 de Dezembro de 2010

Local: Hotel St. Paul – Brasília/DF

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC

1 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às nove horas
2 nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, no Hotel St. Paul,
3 situado nesta capital, sob a presidência do Sr. **Gustavo Vidigal**
4 (Secretário-Geral do CNPC), na presença dos (as) senhores (as): Sr.
5 **Afonso Luz** (Coordenador do Programa Cultura e Pensamento na
6 Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura), Sra.
7 **Alcione Alvarenga Pinheiro** (Frente Nacional de Prefeitos), Sr.
8 **Américo José Córdula Teixeira** (Ministério da Cultura), Dra. **Ana**
9 **Cristina Bandeira Lins** (Ministério Público Federal), Sr. **André**
10 **Souza Machado Cortez** (Ministério das Relações Exteriores), Sr.
11 **Antônio José Amaral Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras), Sr.
12 **Antônio Menezes Júnior** (Ministério das Cidades), Sr. **Carlos**
13 **Barreto** (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas), Sr. **Charles**
14 **Narloch** (Artes Visuais), Sr. **Claudinei Pimentel Mota** (Ministério
15 do Turismo), Exma. Sra. Ministra **Eliana Zugaib** (Ministra das
16 Relações Exteriores), Sr. **Eliomar Carlos Mazoco** (Culturas
17 Populares), Sr. **Francisco Márcio Caetano** (Fórum Nacional dos
18 Secretários das Capitais), Sr. **Francisco Simões de Oliveira Neto**
19 (Inclusão Social por Intermédio da Cultura), Sr. **Freddy Van Camp**
20 (Design), Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos), Sr. **Ivan Ferraro**
21 (Música Popular), Sr. **Ignácio José Kornowski** (Confederação
22 Nacional de Prefeitos), Sra. **Ivana Denise Parrela** (Suplente –
23 Arquivos), Sra. **Izaura Maria Ribeiro Franco** (Livro e Leitura), Sr.
24 **Jeferson Dantas Nevolar** (Arquitetura e Urbanismo), Sr. **João**
25 **Roberto Peixe** (Coordenador do SNC/MinC), Sr. **José David** (Fórum
26 Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura), Sr.
27 **Juscelino Alves de Oliveira** (Du Oliveira) (Música Erudita), Sr.
28 **Marcelo Bones** (Funarte), Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio
29 Material), Sr. **Maria Adelaide Chamusca** (Ministério da Educação),
30 Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo), Sra. **Maria das Dores**

31 **C. P. Prado** (Povos Indígenas), Sr. **Maurício Boldrin Zampaulo**
32 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Sra.
33 **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital), Sr. **Renato da Silva Moura**
34 (Artesanato), Sra. **Rosa Coimbra** (Dança), Sr. **Washington da**
35 **Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial): Teve início a 12ª Reunião
36 Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural coordenada pelo
37 Senhor **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) servidor do
38 Ministério de Cultura, destinada a apreciar a seguinte pauta: **Pauta**
39 **do dia 07 de Dezembro de 2010: 1)** Abertura da Sessão; **2)**
40 Ordem do Dia; **3)** Doações de Obras de Arte; **4)** PNC e Planos
41 Setoriais de Cultura (Informes, esclarecimentos, processo e
42 fortalecimento dos Colegiados Setoriais). **Item 1) Abertura da**
43 **Sessão:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do MinC) abriu a
44 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural e
45 explicou como procederia a pauta do dia; informou também que na
46 parta da tarde o GT de Obras de Arte apresentaria parte de seu
47 trabalho; ressaltou a importância do item de pauta dos planos
48 setoriais de cultura; frisou que os nove colegiados discutiram de
49 forma frutífera sobre os planos e que o resultado foi espetacular;
50 lembrou que incorporaram os espaços de criação e que estes foram
51 muito importantes no MDIC, funcionaram muito bem e com todas as
52 suas especificidades; relatou que a idéia era criar uma estrutura
53 semelhante aonde todos os elementos da cadeia produtiva da cultura
54 pudessem sentar juntos e pensar ações visando o desenvolvimento
55 econômico da linguagem; relatou ainda que todo o trabalho realizado
56 estaria sendo impresso e pretendiam estar com todo esse material
57 pronto até o final do ano para uma posterior publicação; informou
58 que o Plano Nacional que foi sancionado pelo presidente na quinta-
59 feira da semana passada, já representou um avanço enorme, e pela
60 primeira vez tinham um marco legal atualizado; ressaltou que o plano
61 não iria só influenciar as ações do Ministério da Cultura, mas outras
62 ações de todas as ações do Governo, do mercado e da sociedade

63 civil; expôs que será no plano setorial que vão ver como que o Plano
64 Nacional dialoga com o teatro, com a vida do teatro, com a vida da
65 cultura popular, com a vida da cultura indígena etc.; comentou que o
66 plano nacional ganhava materialidade era mesmo no dia-a-dia do
67 ensino da dança, do ensino do teatro, na articulação da cultura e
68 educação de um modo geral; relatou sobre a possibilidade de
69 fazerem um breve balanço do trabalho realizado no ano. **Item 02)**
70 **Ordem do dia:** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
71 informou que a ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho já estava
72 disponível no site do CNPC; colocou sua aprovação em votação e a
73 ata foi aprovada sem ressalvas; observou que tinham que discutir um
74 cronograma para o ano que vem, um processo de avaliação e
75 formulação das ações do conselho; informou que tinham um balanço
76 do que foi feito nos últimos dois, três anos e sugeriu que fizessem
77 uma proposta de pauta, moções e recomendações, para encaminhar
78 para o próximo governo; ressaltou que era importante que tivessem
79 em mente o momento atual de transição que estavam vivendo; abriu
80 a palavra ao plenário para que os conselheiros, em ordem de
81 inscrição, se manifestassem. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte
82 Digital) salientou sua preocupação com as futuras mudanças de
83 governo, e disse que para ela, tinham duas coisas com as quais
84 pisaram na bola; ressaltou que começaram o ano muito bem com as
85 conferências e com muito pique, mas que depois o Conselho não fez
86 nada, como, por exemplo, a conferência que ainda não tinham
87 conseguido consolidar; frisou que pensando em 2011 deveriam
88 pensar na conferência, que inclusive já eram para ter trabalhado em
89 cima das propostas, mas que não conseguiram nem receber isso
90 consolidado; disse que arte digital poderia estar em patrimônio
91 material, que poderia estar discutindo digital dentro de "n" setores,
92 como acontece na vida cultural de todos nós e ainda, que o colegiado
93 impactava o desenvolvimento de todos os outros. O Sr. **Antônio**
94 **Menezes Júnior** (Ministério das Cidades) observou que isso era um

95 assunto muito delicado, que ninguém sabia quais seria os caminhos
96 do Ministério da Cultura daqui para frente; ressaltou que em sua
97 visão o Conselho trabalhou, terminou a conferência e começou a
98 discutir o plano, começou a discutir o sistema, começou a discutir as
99 32 diretrizes que a conferência tirou; frisou que existiam vários
100 segmentos sem colegiado como o seu de cultura afro; informou que
101 se preocupava afinal ano que vem era ano de eleição do Conselho e
102 não sabia quem ficaria e quem sairia; relatou que hoje sentados,
103 reunidos enquanto estados e municípios ainda não tinham os seus
104 próprios conselhos e isso era uma preocupação, eles não tinham nem
105 plano estadual e nem municipal de cultura; questionou se teriam a
106 garantia do cumprimento da agenda traçada por eles, se teriam a
107 realização das setoriais no ano que vem. A Sra. **Izaura Maria**
108 **Ribeiro Franco** (Livro e Leitura) observou que sua área era um
109 colegiado formado por três cadeias: a produtiva, a criativa e a
110 mediadora, e que seu colegiado só tinha uma representação; propôs
111 em nome do Colegiado a criação de três vagas no Conselho, uma
112 para cada cadeia. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria da Identidade
113 e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura) observou que
114 aquela deveria ser a última participação da SID representando o
115 Conselho; ressaltou que entendia que cada vez mais novos
116 segmentos começariam a aparecer e reivindicar os seus colegiados,
117 mas que existia um tempo previsto por uma sansão presidencial;
118 relatou que o Colegiado de Culturas Indígenas foi resultado de oito
119 anos de trabalho; informou que até fevereiro do ano que vem
120 deveriam preparar o PPA 2011-2016 para garantir o que queriam
121 como metas para o Plano Nacional de Cultura; reiterou que era
122 importante que definissem isso logo com o que já existia, o que não
123 significava que os novos não seriam contemplados; relatou sobre o
124 Sistema Nacional de Cultura, que deveriam colocá-lo definitivamente
125 no início da próxima gestão e como prioridade para que a próxima
126 gestão coloque todo o trabalho realizado, acumulado durante esses

127 oito anos, e cuide desse orçamento; acrescentou que o que já tinham
128 garantido até o momento era o sancionamento do Plano Nacional de
129 Cultura e na medida em que fosse construídos novos colegiados estes
130 deveriam já pegar o caminho andando; sugeriu para a pauta da
131 primeira reunião de 2011 justamente uma apresentação das metas
132 do Plano Nacional de Cultura com o que existe com todos os planos
133 setoriais, para eles serem incluídos no PPA 2012-2016. A Sra.
134 **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos) relatou que os arquivos não
135 apareciam como equipamento cultural e que também não tinham
136 colegiado; disse que outra fragilidade do setor de arquivos era que
137 além de não ter colegiado, não tinham nem início de plano setorial ou
138 nada nesse sentido; informou que tinham uma proposta, foi feita por
139 uma carta dos delegados da Conferência Nacional ao Senador Nelson
140 Arruda, de inclusão dos arquivos como um equipamento cultural no
141 Plano Nacional Pró-Cultura, mas que também não foi incorporado;
142 ressaltou que outra fragilidade era que a área de arquivos não tinha
143 nenhuma instituição arquivista federal ligada ao Ministério da Cultura,
144 mas só o Arquivo Nacional ligado a Casa Civil, a sociedade civil, se
145 sentiam órfãos, não tinham plano setorial, não tinham colegiado. O
146 Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material) concordou com a angústia
147 dos conselheiros, pois patrimônio material também não tinha
148 colegiado setorial; sugeriu que no próximo primeiro semestre eles
149 trabalhassem para constituir os colegiados dos segmentos que não
150 existem, e até o final do semestre que eles estejam constituídos e em
151 funcionamento. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) se solidarizou
152 com os colegas e disse que considerava a proposta de
153 encaminhamento interessante; relatou que criaram uma comissão
154 temática para discussão da implantação do sistema nacional; sugeriu
155 sim discutirem fortemente a implantação do Plano Nacional de
156 Cultura; ressaltou que sobre ao ano que passou lamentou o não
157 encaminhamento de um documento fundamental, aprovado em
158 reunião ordinária, de uma carta para todos os candidatos a

159 governadores, presidentes e deputados, documento aprovado em
160 reunião ordinária; sugeriu então que ao menos fosse enviado aos
161 eleitos; observou também que na última reunião houve o lançamento
162 dos editais para os próximos meses, mas perceberam uma série de
163 problemas aos editais previstos e sugeriu uma nova reunião do
164 comitê para que fossem contempladas essas opiniões e divergências
165 entre as comissões. O Sr. **Washington da Silva Queiroz**
166 (Patrimônio Imaterial) externou que tem ficado constrangido porque
167 sente necessidade de ter que ficar prestando satisfação às pessoas
168 que os elegeram, e que, a falta da criação do colegiado e que a falta
169 do plano setorial dava a sensação de que não estavam cumprindo o
170 que foi definido na eleição do país todo; informou que no dia 23 de
171 novembro, depois de 26 anos de trabalho, na Bahia, o Conselho
172 Estadual de Cultura aprovou por unanimidade o reconhecimento do
173 ofício de vaqueiro, seus saberes e modos de fazer como patrimônio
174 como patrimônio e a moção feita pelo Conselho Nacional de Política
175 Cultural teve grande importância nisso. O Sr. **Marcos Olender**
176 (Patrimônio Material) fez um aparte para que o Conselho
177 encaminhasse um ofício nesse sentido ao Conselho Consultivo do
178 IPHAN, uma requisição para abertura de um processo para
179 reconhecimento de um patrimônio material ou imaterial. A Sra. **Rosa**
180 **Coimbra** (Dança) salientou sua satisfação por ter participado do
181 Conselho todos esses anos e parabenizou a equipe do Conselho
182 Nacional de Política Cultural; ressaltou que sabia da dificuldade que a
183 pequena equipe tinha, mas que era muito comprometida, e que sem
184 eles não teriam alcançado tudo que avançaram; relatou que sabia
185 que eram muitas coisas importantes e emergenciais, e perguntou
186 quantas reuniões estariam previstas para o ano que vem; sugeriu
187 que fizessem três reuniões no primeiro semestre e três no segundo,
188 haja vista a quantidade de assuntos importantíssimos que tinham que
189 deliberar; observou que o papel do Conselho era pressionar
190 politicamente para avançar na sua força política para a próxima

191 gestão; salientou que nada impedia que de repente fizessem grupos
192 para ajudar o Ministério na constituição dos novos colegiados que já
193 havia passado da hora a seu ver; frisou por fim que outra coisa
194 fundamental era a questão da consolidação da conferência, pois essa
195 consolidação será a base para desencadear as demais demandas do
196 Conselho, inclusive os novos colegiados. O Sr. **Eliomar Carlos**
197 **Mazoco** (Culturas Populares) sugeriu uma discussão sobre a
198 realização de possíveis reuniões conjuntas com os conselhos
199 estaduais de cultura; relatou que essa seria uma forma de se
200 conseguir pressionar os estados e municípios sobre a implementação
201 do sistema, e disse que se conseguissem ter reuniões conjuntas, um
202 conselho itinerante indo nos outros estados, iriam envolver mais a
203 sociedade civil e ao mesmo tempo pressionar o poder local no sentido
204 de caminhar pela implementação do sistema. O Sr. **Jeferson Dantas**
205 **Nevolar** (Arquitetura e Urbanismo) salientou que representando
206 estava ali as cinco entidades nacionais que representam os arquitetos
207 e urbanistas e que para ele, a falta ou ausência dos setoriais, era
208 mais prejudicial ao funcionamento do Conselho do que aos
209 representantes; relatou que lendo de novo o Regimento ele não viu
210 nenhuma observação sobre a convocação da reunião do setorial,
211 inclusive citando o regimento do conselho como a matriz do
212 regimento interno; propôs que sobre essa necessidade da mesa, do
213 Ministério fazer a convocação para os setoriais, se for possível, farão
214 uma convocação e uma sugestão de pauta, de data ao Ministério,
215 para indicar seus representantes, conforme está previsto no estatuto.
216 O Sr. **Carlos Barreto** (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas)
217 se apresentou e informou que era sua primeira participação, e
218 sugeriu como inclusão da pauta de incluir o grupo juventude como
219 integração com a política cultural. A Sra. Maria das Dores C. P. Prado
220 (Dora Pankararu - Povos Indígenas) ressaltou que era importante
221 uma agenda mais ampla do que está referido no Regimento Interno,
222 sugeriu uma revisão dentro desse processo e pela necessidade de

223 estar discutindo isso; solicitou que fizessem então uma revisão para
224 alterar a quantidade de reuniões no ano para os encontros das
225 setoriais; observou que quando se pensa em 2011 se pensa nas
226 conferências que o setor cultural vai trabalhar com os GTS, e que a
227 proposta do segmento indígena na setorial é que tenham a
228 possibilidade de ter uma conferência para a cultura indígena; frisou
229 que se sentem legítimos ocupando a cadeira, porém devedor de
230 informações e de respostas, porque não tem um acesso nacional e
231 sim virtual; ressaltou que foi elaborado um documento do Colegiado
232 Setorial Indígena falando da importância do projeto para as culturas
233 indígenas e para o Ministério da cultura que em algum momento, vai
234 ser apresentado e que esperava que todos os conselheiros viessem a
235 fortalecer a proposta. O Sr. **Ivan Ferraro** (Música Popular) ressaltou
236 problemas operacionais, alguns problemas na área da música e no
237 Colegiado; frisou que seria fundamental que dessem realmente o
238 valor às reuniões do Colegiado que elas mereciam e que não
239 poderiam mais ter problemas com passagens ou reuniões marcadas
240 de última hora; sugeriu que relatou que na primeira reunião a vir
241 acontecer em 2011, o novo ministro da Cultura estivesse presente
242 para que eles apresentassem o papel do Conselho Nacional de Política
243 Cultural. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria da Identidade e da
244 Diversidade Cultural do Ministério da Cultura) respondeu ao Charles
245 que no site já tinha todo o material do Sistema Nacional de Cultura e
246 que já estava em vigor; relatou que se demorarem mais dois anos
247 terão, por exemplo, outra eleição para prefeito e assim ficarão
248 patinando o tempo todo; ressaltou entender da questão dos
249 segmentos que não tem Colegiados Setoriais, mas que estes
250 deveriam interagir e colocar com outras áreas para esses planos, e
251 que a idéia do Conselho era de se apropriar de todos os planos
252 setoriais e não só o plano de sua área; ressaltou que o plano não era
253 duro, estático, ele poderia ser mudado, transformado, e reavaliado. O
254 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) respondeu Patrícia

255 que com relação ao tema da conferência, estava dependendo da
256 agenda da Sra. Silvana, e se ela conseguisse iriam discutir isso já no
257 dia seguinte; disse que uma das atribuições vitais do Conselho era
258 justamente acompanhar a execução, as deliberações da Conferência
259 Nacional, respondeu à Sra. Isaura sobre o colegiado ter mais de um
260 representante e que não era possível; disse à Heloísa que sobre
261 arquivos era um ponto que para o Ministério da Cultura era
262 complicado, e que o grande arquivo deles estava na Casa Civil, mas
263 que podiam tentar sim trazer o dirigente do Arquivo Nacional. A Dra.
264 **Ana Cristina Bandeira Lins** (Ministério Público Federal) considerou
265 importante a questão dos arquivos, e disse que já esteve na
266 Conferência Nacional de Cultura e que a questão dos arquivos, não
267 pelo Ministério da Cultura, mas pelo IPHAN que coordena a gestão do
268 patrimônio cultural, muitas vezes vem ignorando isso; acrescentou
269 que talvez fosse necessário pensar em incluir o CONARC, ele é
270 presidido pelo presidente do Arquivo Nacional que faz as normas
271 arquivísticas ou colocar dois representantes da Casa Civil, sendo um
272 deles CONARC. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC)
273 disse que fizeram uma resolução onde alguns estados foram
274 acionados e que o conselho que tivesse membro vitalício como o de
275 Pernambuco, são coisas que devem acompanhar de perto, talvez
276 criando um grupo de trabalho que verifique de perto isso; disse que a
277 instalação do Conselho Nacional de Cultura só foi feita pela briga que
278 os dirigentes e o Ministro Juca assumiram; ressaltou que muitos
279 teóricos que discutem o Conselho na academia acham que é teórico
280 porque não priorizam metas e acabam não dando conta; informou
281 que esta era a última reunião como dirigentes do Conselho e
282 acrescentou que essa transmissão pela internet seria ótimo para
283 muitas mudanças; ressaltou que para algumas pessoas na sociedade
284 brasileira participação social não significa nada, menos ainda
285 contribuir para políticas públicas; observou que as discussões que
286 tiveram no Conselho foram fundamentais para contribuírem e

287 democratizarem o país cada vez mais. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor
288 CNPC/MinC) respondeu ao Charles sobre a carta elaborada pelo
289 plenário; informou que essa carta teria que ser enviada pelo
290 gabinete, e no período eleitoral a própria Secretaria tinha certos
291 cuidados quanto ao envio de documentos etc., para evitar utilização
292 da máquina como oportunidade de propaganda eleitoral, a consultoria
293 jurídica do ministro informou que a carta poderia sim ser interpretada
294 como propaganda eleitoral, e que por isso ele puderam enviar; disse
295 que depois de eleitos poderiam, pois assim não configuraria mais
296 propaganda eleitoral, pois todos já estavam eleitos mesmo que ainda
297 não empossados em seus devidos cargos; ressaltou a importância de
298 se expressarem sim, mas também deviam se preocupar com o
299 aspecto administrativo tratado. O Sr. **Charles Narloch** (Artes
300 Visuais) agradeceu a resposta do Sr. Fabiano e reiterou que o
301 documento então fosse enviado aos representantes eleitos das
302 cidades com mais de 500 mil habitantes e para a Presidência da
303 República. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
304 apresentou alguns problemas do colegiado de música em relação à
305 falta dos representantes, muitas pendências, pessoas impossibilitadas
306 de viajar, e a falta de titulares e suplentes nas reuniões; sugeriu que
307 os titulares e suplentes fizessem a combinação de um rodízio que é
308 possibilitado pelo Regimento Interno, para que essas faltas não
309 ocorressem, pois acarretam prejuízo principalmente ao próprio
310 colegiado; ressaltou que a formulação de colegiados era sim muito
311 importante, e que a constituição de colegiados pressupõe a
312 aprovação em plenário e aprovação posterior; acrescentou que três
313 áreas foram aprovadas formalmente para grupos de trabalho:
314 artesanato, design, moda e arquitetura; informou que nas pré-
315 conferências a única área que não elegeu membros foi o segmento da
316 moda, mas junto com a SPC esse GT foi criado, depois teve o
317 seminário da moda, elegeram os membros e o colegiado da moda foi
318 criado; relatou que como deu certo com a moda, poderiam repetir

319 esse modelo e sugeriu a interface entre o grupo de acompanhamento
320 do plano com o grupo de trabalho da constituição dele, para que
321 fortalecessem esse GT no seu desenvolvimento. A Sra. **Maria Alice**
322 **Viveiros de Castro** (Circo) lembrou o período das câmaras
323 setoriais e colocou o quão o Conselho era democrático, e ainda que o
324 plano que seria discutido a tarde era fruto desse conteúdo; ressaltou
325 que precisavam, principalmente os novos conselheiros, aproveitar ao
326 máximo essa oportunidade de interlocução do Conselho. A Sra.
327 **Izaura Maria Ribeiro Franco** (Livro e Leitura) perguntou sobre o
328 acento do CONARC, e disse que apresentaria uma recomendação. A
329 Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) sugeriu que entrassem nas questões
330 das moções e recomendações para dar a oportunidade para que os
331 conselheiros pudessem se inteirar do assunto. O Sr. **Marcelo Veiga**
332 (Coordenador-Geral do CNPC) informou que não iriam aprovar
333 moções ou recomendações naquela manhã; explicou que deveriam
334 apresentar a moção e uma breve defesa da mesma, para colocá-la
335 em votação. O Sr. **Du Oliveira** (Música Erudita) reforçou sobre a
336 criação dos colegiados que ainda não os tem, considerando ser
337 fundamental para o país, para a política cultural, para o avanço da
338 política cultural no Brasil a continuidade e o fortalecimento dos
339 colegiados. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
340 elucidou sobre a constituição do Conselho, que já era previsto pelo
341 Ministério da Cultura que com a instituição dele as câmaras seriam
342 eliminadas; ressaltou que há um ano, os nove colegiados mais as
343 reuniões do Plenário eram realizadas por três pessoas, mas hoje a já
344 tem sete pessoas, então aos poucos isso iria se estruturando;
345 observou que se tiverem mais colegiados têm que ter mais estrutura
346 administrativa, mas que o caminho era esse mesmo, pressionando
347 pela constituição. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material)
348 relatou que a participação daqueles mesmos sem colegiado na
349 discussão de planos setoriais pode contribuir muito; disse que o
350 Conselho já teve ressonância nos Estados, e tem que haver uma

351 maior participação nos conselhos municipais; sugeriu que realizassem
352 uma questão de propostas de calendário, pelo menos uma reunião
353 anual, como se fosse um seminário ampliado, com a participação do
354 Conselho, dos conselhos estaduais e de alguns municipais. O Sr.
355 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) explicou que reunião
356 extraordinária só poderia ser justificada com a proposição de uma
357 pauta. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) observou que se
358 assustou com o desconhecimento da sociedade em relação ao que
359 sejam os conselhos; relatou que deveriam levar esse entendimento
360 do Governo para a sociedade, para os governos estaduais e
361 municipais. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
362 acrescentou que a competência do Conselho é o acompanhamento do
363 Plano Nacional de Cultura. Um dos conselheiros ainda acrescentou
364 que era mais do que isso, era de avaliação, fiscalização e que
365 precisavam construir uma ferramenta para fazer isso, um caderno
366 linear com todas as questões que estão no Plano. O Sr. **Antônio**
367 **José Amaral Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras) considerou a
368 importância do PPA como primeira pauta de 2011, pois é ele quem
369 movimenta tudo, a vida de qualquer lugar e que deveriam avaliar e
370 discutir isso primeiramente. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria da
371 Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura)
372 explicou sobre a elaboração do PPA, e que sua elaboração era um
373 plano de construção interna do Ministério da Cultura; ressaltou que o
374 que precisam dizer é o seguinte: *"para contemplar o plano nós temos*
375 *diversos programas, a SID tem o Programa de Diversidade Cultural,*
376 *o Brasil Plural, o que vai caber ao PPA para execução do plano a*
377 *partir de 2012, não é a partir do ano que vem"*. O Sr. **Antônio José**
378 **Amaral Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras) considerou ainda que o
379 Conselho saísse do centro do Brasil, descesse cinco regiões e
380 discutissem as outras regiões, que fossem regionalizando as regiões
381 do Conselho Nacional de Política Cultural. A Sra. **Izaura Maria**
382 **Ribeiro Franco** (Livro e Leitura) reiterou a importância da inclusão

383 da diversidade étnica e disse que poderiam discutir melhor esses
384 pontos de vista, que seria a necessidade real dos grupos que estão
385 representados na nossa etnia e apresentar proposta concreta para o
386 MEC já para elaboração de plano pedagógico para as escolas. O Sr.
387 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou que essa
388 discussão ela ocorreu no colegiado de culturas indígenas, e que no
389 texto que saiu do Colegiado eles colocaram a questão do plano
390 educacional, como que era a relação da aprendizagem do branco com
391 a cultura indígena e do indígena com a cultura do branco. A Sra.
392 **Izaura Maria Ribeiro Franco** (Livro e Leitura) acrescentou que
393 deveriam incluir o espaço de troca das três culturas e a realidade
394 histórica, e disse que na verdade estavam pedindo para tirar essa
395 questão do estereótipo do folclore que é totalmente diferente do
396 tradicional do ser vivo. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
397 CNPC) relatou que essas questões estavam automaticamente todas
398 muito relacionadas ao cronograma do ano que vem; observou que
399 muitas falas colocaram a questão do seminário, realização dos
400 seminários para dialogar mais com os conselhos estaduais, com
401 conselhos municipais e que houve uma proposta na penúltima
402 reunião de fazer um seminário junto ao Ministério Público e o
403 Judiciário de alguma forma pensar para sensibilizá-los às questões da
404 cultura, mas atentou que precisavam pensar um pouco melhor em
405 quais seriam esses seminários; disse que sobre a questão relacionada
406 a um maior número de reuniões, que tinham fixadas as reuniões em
407 quatro reuniões ordinárias por ano e a possibilidade de
408 extraordinárias, e que extraordinárias apenas quando houver pauta
409 específica; ressaltou que sobre a questão relacionada ao Plano tem
410 diversos desdobramentos, e que essa era uma pauta que demandava
411 várias outras questões que iriam se desdobrar. O Sr. **Charles**
412 **Narloch** (Artes Visuais) solicitou que além de todas essas prioridades
413 que já colocaram, que fosse ali discutida a questão dos próximos
414 editais, e que fosse submetido à aprovação do Conselho antes de

415 lançar os editais para caso aja problema possam resolver antes e não
416 depois de publicados. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) sobre os editais,
417 perguntou como funcionavam os comitês técnicos do fundo após a
418 deliberação de cada área e concordou que deveriam colocar isso
419 como pauta para que passasse apenas após deliberação do comitê
420 técnico. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) lembrou
421 que estão em um momento transitório dos fundos ainda, e que só
422 vão ter um modelo próximo do ideal ano que vem; ressaltou a
423 importância de colocarem isso em pauta para estimular esse
424 questionamento dentro do Ministério; solicitou que redigissem um
425 documento com as sugestões de pauta discutidas naquela manhã, de
426 uma lauda e meia no máximo e iriam ler à tarde para submeter à
427 aprovação. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) informou que tinha sete
428 moções para apresentar no período da tarde. A Sra. **Patrícia Kunst**
429 **Canetti** (Arte Digital) ficou responsável por elaborar esse documento.
430 O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) consultou o
431 Plenário para definição das datas das reuniões ordinárias de 2011;
432 após deliberações ficou definido: reuniões ordinárias do Conselho na
433 1ª quinzena de junho, março/junho/setembro/novembro e dos
434 colegiados setoriais em maio e outubro. A Sra. **Rosa Coimbra**
435 (Dança) apresentou três moções e três recomendações, conforme a
436 seguir: 1 - Moção de protesto pela falta de pagamento dos editais; 2
437 - Moção de aplauso para a relatora Deputada Alice Portugal pelo
438 projeto do Pró-Cultura por colocar os fundos em separado; 3 - Moção
439 de apoio a criação dos novos colegiados setoriais e o fortalecimento
440 dos colegiados já existentes; 4 - Recomendação para o aumento e
441 fortalecimento da equipe administrativa do CNPC. E uma moção de
442 aplauso pelo trabalho desenvolvido; 5 - Recomendação ou moção
443 sobre a reforma da Funarte; 6 - Recomendação ou moção de apoio
444 para a viabilização do convênio imediatamente no início da próxima
445 gestão. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) parabenizou a
446 conselheira Rosa pela pertinência de suas moções; sugeriu uma

447 moção que foi elaborada coletivamente com o aval do Fórum Nacional
448 de Artes Visuais, conforme a seguir: *Moção de apoio à reivindicação*
449 *de isonomia de direitos ao microempreendedor individual e ao micro*
450 *e pequeno empresário da área cultural nos editais públicos de artes*
451 *visuais, do Ministério da Cultura. O CONSELHO NACIONAL DE*
452 *POLÍTICA CULTURAL – CNPC, reunido em Sessão Ordinária, nos dias*
453 *7 e 8 de dezembro de 2010, e no uso das competências que lhe são*
454 *conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado*
455 *pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em vista o disposto em seu*
456 *Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de março de*
457 *2010, e; Considerando que, diferentemente de outras áreas artísticas -*
458 *cujos editais públicos preveem a concorrência entre pessoas físicas e*
459 *pessoas jurídicas "com" e "sem fins lucrativos" - nos editais orientados*
460 *para as artes visuais há o impedimento de participação a pessoas jurídicas*
461 *"com fins lucrativos"; Considerando que esse impedimento reflete uma*
462 *distorção de percepção do meio das artes visuais por parte do Estado,*
463 *pois incide num desestímulo à base produtiva desse setor, formada por*
464 *artistas, pesquisadores e produtores independentes, pequenos arranjos*
465 *produtivos e outras formas associativas, muitos dos quais regularizados*
466 *como pessoa jurídica "com fins lucrativos", nas figuras do*
467 *"microempreendedor individual" e "micro e pequeno empresário do setor*
468 *cultural"; Considerando que esse desestímulo é um contrassenso em*
469 *relação a outras intenções do próprio Estado, as quais buscam*
470 *oportunizar, estimular e regularizar melhores condições de estruturação*
471 *social aos trabalhadores autônomos e seus sistemas produtivos, conforme*
472 *as recentes ações governamentais de incentivo à adesão dos*
473 *trabalhadores informais ao MEI (Microempreendedor Individual);*
474 *Considerando, ainda, a necessária "igualdade de condições a todos os*
475 *concorrentes", conforme o previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição*
476 *Federal, e sua regulamentação, a Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993,*
477 *que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e*
478 *dá outras providências; Considerando que a Portaria Nº 29 do Ministério*

479 da Cultura, de 21 de maio de 2009, em seu art. 3º, prevê editais de
480 seleção pública para concessão de prêmios a iniciativas culturais que
481 destinam-se ao reconhecimento e estímulo de ações culturais realizadas
482 ou em andamento, promovidas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito
483 público ou privado, "com ou sem finalidade lucrativa"; e Considerando,
484 ainda, que essa matéria foi devidamente identificada na minuta do Plano
485 Setorial de Artes Visuais, finalizado dia 29 de novembro de 2010, que
486 reconhece o direito de participação de pessoas físicas e
487 trata da necessidade de garantir o direito à participação de pessoas
488 jurídicas de diferentes naturezas, abarcando tanto as sem fins lucrativos
489 quanto as pequenas e micro empresas e microempreendedores
490 individuais (MEI), com finalidades culturais, nos editais propostos para o
491 setor, assim como em outros mecanismos de fomento e incentivo
492 promovidos pelo Ministério da Cultura, favorecendo uma isonomia das
493 artes visuais em relação às demais áreas da cultura, no que incide de
494 comum entre elas, mesmo relevando-se as singularidades de cada meio;
495 Aprova a Moção de Apoio à reivindicação de isonomia, apresentada pelo
496 Colegiado Setorial de Artes Visuais, instância legítima de representação
497 das artes visuais na constituição deste Conselho. Neste sentido, solicita o
498 encaminhamento urgente desta Moção ao Secretário de Incentivo e
499 Fomento à Cultura, Henilton Menezes, para que o órgão analise a
500 possibilidade de revisão dos editais de artes visuais em curso, bem como
501 tome as medidas necessárias na elaboração de novos editais, no que diz
502 respeito a este tema. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital)
503 sugeriu moção de apoio ao Conselho Nacional de Educação em
504 relação ao parecer que eles fizeram sobre o livro "Caçadas de
505 Pedrinho" de Monteiro Lobato. A Sra. **Heloísa Esser dos Reis**
506 (Arquivos) sugeriu uma recomendação sobre inclusão de uma cadeira
507 no CNPC para ao Conselho Nacional de Arquivos ou do Arquivo
508 Nacional. A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) sugeriu
509 uma moção de protesto pela não instalação da comissão
510 interministerial para regulamentação dos animais em espetáculos

511 circenses, qual seja: *O Conselho Nacional de Política Cultural atende a*
512 *solicitação do Colegiado Setorial de Circo e protesta pela não*
513 *instalação até hoje da Comissão Interministerial, Ministério do Meio*
514 *Ambiente e do Ministério da Cultura, para a Regulamentação dos*
515 *Animais em espetáculos circenses. O Ministério da Cultura indicou*
516 *seus representantes, mas foi ineficaz na função de sensibilizar o*
517 *Ministério do Meio Ambiente que não indica seus representantes*
518 *inviabilizando a implantação efetiva da Comissão de Regulamentação.*
519 O Sr. **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) sobre a
520 atuação de religiosos com relação a matriz africana, sugeriu que
521 fizessem uma moção de repúdio ou uma recomendação aos governos
522 para que observem essas entidades religiosas que tem sofrido
523 bastante. O Sr. **Francisco Simões de Oliveira Neto** (Inclusão
524 Social por Intermédio da Cultura) propôs recomendação sobre a
525 implantação de políticas públicas nos territórios da cidadania e
526 atividade cultural nesses territórios: *Nos últimos oito anos assistimos*
527 *a ampliação do conceito de cultura e o surgimento de políticas*
528 *públicas afirmativas do direito ao acesso e fruição aos bens culturais*
529 *pela população brasileira. Além da Constituição Federal, a Declaração*
530 *Universal dos Direitos Humanos reforça os direitos. A questão,*
531 *desafio que se apresenta é o da universalização dessas políticas, pois*
532 *é notório que apesar dos esforços apreendidos ainda é grande o*
533 *número de brasileiros e brasileiras excluídas e excluídos da vida*
534 *social e cidadã. A inclusão econômica não garante sozinha a inclusa*
535 *social da população e por isso precisa estar acompanhada de políticas*
536 *de inclusão cultural ou do contrário podemos assistir, além do*
537 *crescimento econômico, o aumento da violência e do consumo nocivo*
538 *a saúde nas comunidades beneficiadas. Considerando essa situação o*
539 *Conselho Nacional de Política Cultural recomenda que os programas*
540 *sociais do Governo incluam em suas ações, atividades culturais como*
541 *uma forma de fortalecimento dos valores constitutivos das*
542 *comunidades beneficiadas.* A Sra. Maria das Dores C. P. Prado (Dora

543 Pankararu - Povos Indígenas) sugeriu recomendação solicitando apoio
544 do CNPC para dar continuidade ao Prêmio Culturas Indígenas em
545 2011, qual seja: *Nós membros do Colegiado Setorial Indígena,*
546 *reunidos na reunião no dia 18 de novembro de 2010 na dependência*
547 *do Hotel Manhattan em Brasília, consideramos a importância do*
548 *Projeto Prêmio e Cultura Indígena do Ministério da Cultura realizado*
549 *através de parceria entre a Secretaria da Identidade e da Diversidade*
550 *Cultural do MINC e parceria com as organizações indígenas, para*
551 *processo de fortalecimento das culturas e das identidades dos povos*
552 *indígenas brasileiros. Os resultados obtidos por esse projeto que*
553 *incluem a nomeação de 276 comunidades e organização indígena,*
554 *representadas em iniciativas culturais e a divulgação de dois*
555 *catálogos de todas as 1.167 iniciativas habilitadas junto ao Prêmio*
556 *Culturas Indígenas e a promoção de mais 300 oficinas locais de*
557 *elaboração participativa de iniciativas culturais. A Sra. **Maria Alice***
558 **Viveiros de Castro** (Circo) informou que redigiria ainda uma moção
559 sobre a questão da proibição de espetáculos de rua e que
560 apresentaria posteriormente; informou que está havendo uma
561 campanha, a prefeitura do Rio de Janeiro, a prefeitura de São Paulo,
562 e a de Belo Horizonte limitando, criando regras absurdas para você
563 fazer um espetáculo na rua; disse que eles querem que você tenha o
564 mesmo esquema de segurança, de responsabilidade por um palhaço
565 que tradicionalmente fica ali naquele lugar fazendo um trabalho,
566 recebendo o seu dinheiro, passando o chapéu; ressaltou que no
567 mundo inteiro isso é muito bem considerado, é tradicional, é uma
568 questão de organização de espaço. O Sr. **Du Oliveira** (Música
569 Erudita) relatou que iria formular na hora do almoço uma proposta de
570 criação de um GT para discussão da alteração de uma autarquia
571 chamada de ordem dos Músicos do Brasil que tem uma diretoria que
572 é a mesma desde 1964; informou que era uma autarquia federal, foi
573 instituída por lei federal e que o Fórum Nacional de Música gostaria
574 da criação de um grupo de trabalho que envolvesse o CNPC e o MinC

575 para discutir, principalmente na área jurídica, quais são ações legais
576 para resolverem o problema. O Sr. **Antônio Menezes Júnior**
577 (Ministério das Cidades) se apresentou por estar vendo a maioria das
578 pessoas pela primeira vez, e informou estar representando o
579 Ministério das Cidades, ainda assim se colocou à disposição para
580 receber propostas, sugestões e atuar na linha da cultura. A Sra.
581 **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos) informou que estava discutindo
582 com a Ivana, a substituta do setor de arquivos sobre a
583 representação, se seria representação do Conselho Nacional de
584 Arquivos ou do Arquivo Nacional; relatou que apesar do diretor geral
585 ser o presidente do CONARQ, que seria a representação do Arquivo
586 Nacional. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor CNPC/MinC) acrescentou
587 que na pasta de todos havia o Regimento Interno, e que no artigo 21
588 estava definido o que era cada uma dessas manifestações do
589 Conselho, resolução, recomendação, proposição e moção. Na
590 continuidade, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
591 encaminhou todos para o intervalo de almoço, solicitando que todos
592 retornassem impreterivelmente às 14h30min. Na parte da tarde, o
593 Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) reiniciou os
594 trabalhos e justificou a ausência do conselheiro Michel Etlin que não
595 pode comparecer à reunião por não estar se sentindo muito bem;
596 informou que apreciariam naquele momento uma recomendação
597 enviada por ele sobre doação de obras de artes, recomendação
598 resultado de um grupo de trabalho; relatou que a pauta, sugerida
599 pelo Sr. Michel Etlin, foi apresentada para o Plenário e na última
600 reunião o Plenário decidiu que o tema deveria ser submetido aos
601 colegiados setoriais de Artes Visuais, de Literatura, Livro e Leitura e
602 Arquivo e Designer. **Item 3) Doações de Obras de Arte:** O Sr.
603 **Charles Narloch** (Artes Visuais) apresentou o documento do parecer
604 sobre a proposta de Projeto de Lei de Lei de Incentivo Fiscal às
605 Doações de Acervos, qual seja: *O Colegiado Setorial de Artes Visuais,*
606 *reunido no Rio de Janeiro (RJ) em 29 de novembro de 2010, e ao*

607 *longo de inúmeras consultas e contribuições de artistas e*
608 *profissionais das artes visuais por meio do Fórum Nacional de Artes*
609 *Visuais, avaliou com atenção e cuidado a minuta do projeto de lei*
610 *que prevê a criação de incentivos fiscais às doações de acervos a*
611 *museus e espaços de memória, em trâmite no Conselho Nacional de*
612 *Política Cultural - CNPC. Entendemos que qualquer iniciativa neste*
613 *sentido é relevante, já que reconhecemos que inúmeras coleções e*
614 *acervos de artes visuais têm deixado o país por falta de programas*
615 *consistentes de aquisição, e principalmente pela precariedade de*
616 *muitos de nossos museus de arte, especialmente no que diz respeito*
617 *à infraestrutura para a guarda e conservação de acervos. Porém, no*
618 *caso específico do projeto de lei em questão, que propõe a criação de*
619 *incentivo fiscal às doações, com previsão de abatimento de débitos*
620 *junto à Receita Federal, manifestamos nossa preocupação com*
621 *algumas questões: 1- É alarmante no Brasil o baixo investimento*
622 *público - nas esferas federal, estaduais e municipais - à manutenção,*
623 *equipagem, adequação e criação de museus de arte. Apesar de*
624 *considerarmos graves as lacunas hoje existentes nos acervos dos*
625 *museus de arte brasileiros, também é igualmente preocupante que*
626 *as instituições museológicas recebam acervos consideráveis sem ter*
627 *as mínimas condições para sua guarda, conservação, catalogação e*
628 *fruição. 2 - A experiência dos incentivos fiscais no Brasil, por meio da*
629 *Lei Rouanet, mostrou que muitas vezes o patrocínio ficou restrito às*
630 *leis de mercado, ou seja, apesar de as comissões do Ministério da*
631 *Cultura aprovar projetos significativos, obtinham os benefícios dos*
632 *contribuintes principalmente aqueles projetos que detinham maior*
633 *vinculação aos interesses desses "patrocinadores"; 3 - No Brasil, a*
634 *maioria dos museus de arte ainda tem em sua direção pessoas pouco*
635 *experientes, não raramente alheias aos interesses artísticos e*
636 *culturais. Desta feita, por mais que haja uma comissão avaliadora do*
637 *Ministério da Cultura, é preocupante que um projeto de lei crie*
638 *incentivos às iniciativas que, por falta de critérios claros,*

639 eventualmente possam permitir a aquisição de acervos pouco
640 significativos, à mercê das vontades de colecionadores e gestores
641 pouco familiarizados com as reais demandas de formação da
642 memória das artes do país. 4 - Percebe-se que a referida minuta de
643 projeto de lei, se o Conselho Nacional de Política Cultural considerar
644 pertinente sua tramitação, ainda carece de maior detalhamento e
645 vinculação clara ao acompanhamento dos órgãos vinculados ao
646 Ministério da Cultura, como o IBRAM, o IPHAN e a Funarte, já que
647 estes órgãos acompanham diretamente as diretrizes das políticas
648 públicas de cultura, pactuadas com a sociedade civil na Conferência
649 Nacional de Cultura. 5 - É pertinente ainda alertar que tal projeto de
650 lei é equivocado no sentido de considerar a posse da obra de arte
651 como direito autoral, desconsiderando que somente o autor tem
652 direitos autorais sobre a mesma. Pelas razões acima, o Colegiado
653 Setorial de Artes Visuais, manifesta-se contrário à continuidade de
654 tramitação do referido projeto e apela ao CNPC e ao Ministério da
655 Cultura para que, na discussão do Pró-Cultura, em seus programas
656 de incentivo e principalmente junto ao Fundo Nacional de Cultura,
657 seja garantida a implantação de editais ou recursos públicos diretos,
658 voltados à adequação e manutenção de museus de arte, equipagem
659 de reservas técnicas e, finalmente, a programas de aquisição e
660 ampliação de acervos. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor do CNPC)
661 passou a palavra à Sra. **Izaura Maria Ribeiro Franco** (Livro e
662 Leitura) para ler o texto sobre a manifestação contrária da elaboração
663 de acervos: *Parecer do Colegiado de Livro, Leitura e Literatura -*
664 *CLLL, a respeito da proposta de artes, Projeto de Lei para Doação de*
665 *Acervos. Em sua 5ª Reunião Ordinária realizada em 18/11/2010 das*
666 *09 às 12h no Hotel Manhattan, em Brasília-DF, o Colegiado de Livro,*
667 *Leitura e Literatura manifestou-se contrário a elaboração de Projeto*
668 *de Lei que cria incentivos fiscais à doação de acervos elaborado por*
669 *GT no CNPC. Na visão dos membros do CLLL, em decisão unanime, o*
670 *projeto trata na verdade de utilizar recursos públicos para financiar*

671 *acervos particulares, que geraria uma nova demanda aos recursos*
672 *que podem ser usados nas diversas áreas da cultura. O CLLL entende*
673 *também que já existem incentivos fiscais como a Lei Rouanet que*
674 *podem ser usados pelos interessados para financiar a aquisição*
675 *destes acervos. O Colegiado propõe que seja construída legislação*
676 *específica garantindo que em caso de acervos particulares em risco,*
677 *após devida avaliação, seja estabelecida a prioridade de aquisição*
678 *pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, com contingenciamento*
679 *de recursos do Fundo Nacional de Cultura para utilização nesses*
680 *casos. Nós avaliamos na reunião que avaliado um acervo se ele*
681 *realmente é de interesse, o mecanismo da Lei Rouanet é suficiente.*
682 *Principalmente no livro, se você encontra no acervo obras raras,*
683 *obras com valor, qualquer instituição que patrocina a Rouanet, ela*
684 *tem interesse em apoiar o projeto. Então, não há necessidade de*
685 *criar especificamente a lei voltada para aquisição de acervos. A Sra.*
686 **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos) ressaltou que por não ter
687 colegiado para apresentar moções, encaminhou para outro colegiado
688 apresentá-la; ressaltou que a doação de acervos requer tratamentos
689 técnicos e de conservação deles, não tinha um parecer formal, mas
690 tinha preocupações de que isso fosse encaminhado. A Sra. **Patrícia**
691 **Kunst Canetti** (Arte Digital) observou que tinham algumas questões
692 para serem pensadas e que o projeto de lei teria que ser mais
693 trabalhado; exemplificou que a França recebe acervos por causa da
694 taxaço sobre herança, que por um lado é muito bom, porque bons
695 acervos chegam aos museus franceses, por outro lado eles têm que
696 arcar com uma quantidade de coisas insignificantes que também
697 fazem parte desse pagamento de imposto de herança. O Sr. **Fabiano**
698 **Lima** (Assessor do CNPC) passou para o representante do último
699 Colegiado a se manifestar. O Sr. **Freddy Van Camp** (Design) relatou
700 que concordava com algumas das colocações enfatizadas, e que não
701 tinha a minuta do decreto porque não sabia que ela estaria na pauta
702 daquele dia. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor do CNPC) informou que a

703 minuta já havia passado pela Secretaria de Política Cultural e pela
704 Secretaria Executiva, e que podiam optar por suspensão desse
705 projeto ou se preferissem indicar pela necessidade de melhor
706 formulação, adequação do projeto de lei, mais análises para mais
707 contribuições. A Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos) questionou
708 se precisava mesmo ser uma lei. O Sr. **Charles Narloch** (Artes
709 Visuais) ressaltou a importância de uma articulação maior entre as
710 políticas para evitar que esses acervos deixassem o país; propôs a
711 suspensão não da discussão, mas a suspensão apenas do projeto por
712 um momento. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) lembrou que o GT foi
713 criado em 2009, portanto, já foi bastante discutido e com os
714 pareceres das áreas afins já estavam respaldados para suspendê-lo
715 por hora. A Dra. **Ana Cristina Bandeira Lins** (Ministério Público
716 Federal) ressaltou que o projeto era muito importante, mas que
717 deveriam se reunir com o Ministério da Fazenda para discutir
718 também; disse que poderiam colocar a simples isenção do imposto de
719 doação, e que suspender não parecia a melhor alternativa. A Sra.
720 **Patrícia Kunst Canetti** (Arte Digital) sugeriu que pegassem leis já
721 existentes e ampliassem-nas para incluir mais umas instituições
722 filantrópicas e museus, assim, já pegariam carona em uma legislação
723 que já funciona. O Sr. **Afonso Luz** (Coordenador do Programa
724 Cultura e Pensamento na Secretaria de Políticas Culturais do
725 Ministério da Cultura) ressaltou que já houve discussões sobre isso e
726 crê que ele tenha sido incorporado com sucesso à Lei Rouanet;
727 informou que a isenção tributária podia ser usada para doações de
728 obras de artes e que há estudos feitos sobre a questão tributária;
729 relatou que o MinC esteve com o Cartacho da Receita Federal e
730 discutiram posições sobre a renúncia fiscal; também sugeriu esgotar
731 essa discussão, talvez devessem discutir artigos da Lei Rouanet. A
732 Dra. **Ana Cristina Bandeira Lins** (Ministério Público Federal) disse
733 que valeria a pena esperar a tramitação da Lei Rouanet até para ver
734 se ela não seria modificada. O Sr. **Afonso Luz** (Coordenador do

735 Programa Cultura e Pensamento na Secretaria de Políticas Culturais
736 do Ministério da Cultura) explicou que não era um imposto sobre
737 doação, que o que há é que a atual Lei Rouanet para todas as
738 finalidades de renúncia fiscal, ela veta o uso de renúncia fiscal para
739 coleções privadas, seja para aquisição de coleções privadas, seja para
740 troca de créditos ou qualquer operação que seja feita; explicou que
741 ela autoriza a utilização de renúncia fiscal para coleções privadas de
742 interesse público, então na forma da lei, ela está mudando esse veto,
743 e que ela vai ter que ser regulamentada para se chegar a um
744 estatuto desses usos da renúncia. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança)
745 apontou que já tinham condições de votar, citando o Regimento
746 Interno, tendo em vista que o grupo de trabalho foi criado em julho
747 de 2009, e de acordo com tantas demandas, deveriam já levar para
748 votação da suspensão ou não. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais)
749 sugeriu a criação de um grupo de discussão junto ao IBRAM para
750 adequação e aquisição de acervos especificamente. O Sr. **Marcelo**
751 **Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) consultou o Plenário sobre a
752 necessidade de debaterem mais essa matéria e o Plenário decidiu que
753 não. A Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos) ressaltou que não
754 tinha uma instituição ligada ao Ministério. O Sr. **Marcelo Veiga**
755 (Coordenador-Geral do CNPC) informou que se optassem pela
756 recomendação da criação de um GT, ela já devia conter qual o tema a
757 ser discutido, portanto, qual a matéria que seria levada e tratada por
758 esse GT e a sugestão dos membros. O Sr. **Afonso Luz** (Coordenador
759 do Programa Cultura e Pensamento na Secretaria de Políticas
760 Culturais do Ministério da Cultura) ressaltou que o IBRAM não tinha
761 competência sobre o assunto e recomendou o IPHAN; informou que o
762 IPHAN era que trabalhava com bens musealizados que são os acervos
763 das próprias instituições museológicas, e que a área responsável
764 seria a Coordenação de Bens Móveis integrados do IPHAN, e esta
765 seria a Instituição mãe com competência constitucional para tanto. O
766 Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material) concordou com o Sr.

767 Afonso, mas ressaltou insistir no envolvimento do IBRAM no caso
768 específico dos museus de arte; relatou que poderiam ter IPHAN junto
769 com o IBRAM discutindo essa questão e a FUNARTE também, porque
770 interessa a todos. Na continuidade, suficientemente debatida a
771 matéria, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
772 salientou em votação a continuidade do grupo de trabalho, e após
773 votação, por unanimidade o GT ficou extinto. A Sra. **Alice Viveiros**
774 **de Castro** (Circo) relatou que o tema era muito importante e
775 perguntou se teria outro fórum que pudesse garantir a continuação
776 da discussão para não perder a conscientização da importância do
777 tema, pois ele era fundamental. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-
778 Geral do CNPC) informou que o tema estava na minuta do Plano
779 Setorial de Artes Visuais, e com toda a matéria suficientemente
780 debatida colocou em votação o encaminhamento do anteprojeto de
781 lei para os trâmites legais dentro do Ministério da Cultura e depois
782 encaminhamento para o Congresso Nacional; por unanimidade o
783 resultado dos trabalhos dos GT também não terá encaminhamento
784 posterior. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) ressaltou que sua
785 proposta era que esse assunto fosse tratado numa instância do
786 IBRAM e também do IPHAN e quem mais fosse pertinente para
787 discussão nas instâncias do Ministério da Cultura com um todo. O Sr.
788 **Marcos Olender** (Patrimônio Material) sugeriu que votassem a
789 criação de uma recomendação do Conselho nesse sentido,
790 aproveitando as moções e recomendações. O Sr. **Afonso Luz**
791 (Coordenador do Programa Cultura e Pensamento na Secretaria de
792 Políticas Culturais do Ministério da Cultura) ressaltou que o Ministro já
793 fez uma portaria a respeito dessa questão do acervo e que já tinha
794 um GT constituído; ressaltou que caberia reforçar a necessidade
795 desse grupo chegar a um resultado, a um relatório final para
796 apreciação e ver desde questões de competência e às questões de
797 procedimentos que regulamente a legislação vigente. A Sra. **Izaura**
798 **Maria Ribeiro Franco** (Livro e Leitura) comentou q até o termo do

799 projeto de lei não estava adequado, e se estavam falando em
800 incentivo quando o correto seria desoneração, não teria que voltar a
801 discutir isso numa instância anterior; observou que tinham que criar
802 um mecanismo de achar solução para encontrar um caminho para
803 discutir e não trazer de novo para o Conselho, pois não era pertinente
804 ao Conselho discutir legislação. A Dra. **Ana Cristina Bandeira Lins**
805 (Ministério Público Federal) disse que como o Conselho discute
806 proposições poderia sim discutir sobre isso, poderia fazer proposição,
807 inclusive, ao Congresso Nacional o que fosse interessante. O Sr.
808 **Afonso Luz** (Coordenador do Programa Cultura e Pensamento na
809 Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura) ressaltou
810 que o Ministério tem apontado ao Iphan que as normativas de bens
811 móveis tem características mais voltadas a leiloeiros, e é uma visão
812 difícil de agregar no modelo econômico que funciona hoje; disse que
813 há coleções que estão com mandatos, e que é importante que
814 entendam melhor os problemas. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio
815 Material) informou que o Decreto Lei 2.537 era muito pertinente
816 ainda que o instrumento de tombamento poderia ser tombamento de
817 peças ou de acervos; disse que uma questão que o Michel sempre
818 colocou como uma das questões principais era a fuga desses objetos
819 para fora do Brasil, e o Decreto Lei normatiza isso; ressaltou que o
820 inventário de bens móveis do IPHAN está muito ligado ao imaginário
821 e religioso, ao acervo das igrejas e que se estendessem esse
822 programa para acervos documentais e para acervos privados,
823 mapeando isso e tombando aquilo que merecesse ser tutelado e
824 melhor preservado, poderiam atender bastante a essa preocupação.
825 Após discussões, o Sr. **Afonso Luz** (Coordenador do Programa
826 Cultura e Pensamento na Secretaria de Políticas Culturais do
827 Ministério da Cultura) atentou que estavam desviando para
828 patrimônio imaterial, que não tinha cabimento tomar bens privados
829 no Brasil, as pessoas tinham direito de possuir bens e dispor deles. O
830 Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) sugeriu que

831 fizessem um documento para ser apresentado amanhã. A Sra. **Rosa**
832 **Coimbra** (Dança) atentou para que a Mesa avançasse e não entrasse
833 nesse assunto, tendo em vista que o MinC já iria acolher 2 ou 3
834 representantes do Conselho para fazer parte do GT que já existe no
835 Ministério. Após deliberações e votações, definiram como os três
836 titulares para o GT: o Sr. Marcos Olender, o Sr. Charles Narloch e a
837 Sra. Izaura Franco, e como suplente a Sra. Heloísa Esser dos Reis.

838 **Item 04) PNC e Planos Setoriais de Cultura (Informes,**
839 **esclarecimentos, processo e fortalecimento dos Colegiados**
840 **Setoriais):** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
841 relatou que tinham um Plano Nacional de Cultura, que era uma
842 conquista fundamental e, o papel de todos foi fundamental na
843 construção desse documento que, haveriam todos os
844 desdobramentos necessários; informou que os colegiados setoriais já
845 constituídos com exceção da Moda, que estava ainda muito
846 incipiente, já haviam iniciado essa discussão; relatou que finalizaram
847 essas discussões nos Colegiados de Artes Visuais, Música, Circo,
848 Teatro, Dança, Culturas Populares e Culturas Indígenas nas duas
849 últimas semanas precedentes; informou que o Sr. Marcelo Bones,
850 representando a Funarte, o Sr. Afonso Luz representando a
851 Secretaria de Políticas Culturais, o Secretário Américo Córdula e o
852 Conselho realizaram um ciclo de reuniões onde todas essas instâncias
853 participaram ativamente, todas elas com protagonismo e
854 conseguiram finalizar a minuta, um documento oficial aprovado pelos
855 colegiados; lembrou que o documento que seria apresentado não era
856 o documento final do Plano, e que ele ainda passaria por toda uma
857 adequação formal e jurídica. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral
858 do CNPC) ressaltou que apresentariam um pouco o balanço geral
859 dessa discussão de forma breve, o processo de construção, as
860 diretrizes que foram consolidadas e todo o trabalho que estava por
861 trás de cada plano setorial. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria da
862 Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura) iniciou

863 a apresentação da SID; informou que apresentaria o Plano Setorial
864 das Culturas Populares e que o Plano foi trabalhado dentro de uma
865 estrutura discutida dentro do colegiado; relatou que o histórico das
866 culturas populares surgiu no MinC a partir do I Seminário Nacional de
867 Políticas Públicas para as Culturas Populares em 2005 e, foi o
868 primeiro movimento do Ministério para fazer uma consulta; explicou
869 que naquele momento foram quinze estados e, depois teve o II
870 seminário em 2006 onde passaram por todos os estados, quase uma
871 Conferência Nacional; informou que a estrutura do Plano era
872 composta por: uma apresentação, uma introdução, os marcos legais,
873 as ações do MinC para as culturas populares, as disposições
874 preliminares, princípios, objetivos, diretrizes, macro programas,
875 definições e a bibliografia; informou que optaram nos dois colegiados
876 a criar uma estrutura de macro programas e, dentro deles programas
877 e os mesmos poderiam também ser depois complementados com o
878 que fosse necessário; ressaltou que como o plano tem uma revisão a
879 cada dois anos já colocaram dentro de uma estrutura semelhante ao
880 que é o PPA, o que vai garantir que essas ações possam ser
881 monitoradas dentro do planejamento com as metas do plano; disse
882 que isso garantirá que tenham orçamento para os próximos PPAs, e
883 que o primeiro PPA que é 2012/2016 e, depois 2017/2021; informou
884 que em janeiro contrataram consultores na área de culturas
885 populares e em março esses consultores fizeram a sistematização de
886 todo o material que conseguiram durante esses oito anos, as várias
887 oficinas, fóruns, enfim e, depois apresentaram os produtos nas pré-
888 conferências; informou também que fizeram reuniões presenciais na
889 SID com esse grupo de trabalho e em julho fizeram uma primeira
890 reunião do grupo de trabalho para a redação do plano; disse que
891 fecharam a primeira parte e discutiram a minuta que serão as ações
892 e a pactuação da metodologia e elaboração da segunda parte. Em
893 julho e agosto, fizeram a Revisão da Minuta Preliminar do Plano com
894 a inserção das contribuições dos membros do colegiado, o acréscimo

895 do capítulo Marcos Legais, e a Inserção das considerações e
896 orientações dadas pelo Secretário da Identidade e da Diversidade
897 Cultural. Em setembro, na 2ª Reunião Extraordinária do Colegiado
898 Setorial para as Culturas Indígenas no Encontro da Diversidade, Rio
899 de Janeiro apresentaram o plano e discutiram sobre o conceito de
900 cultura a ser adotado. Em outubro, na 2ª Reunião do GT para
901 Elaboração do PSCI em Brasília realizaram a leitura do plano e os
902 ajustes ao texto, os acréscimos dos capítulos Apresentação,
903 Introdução, Diagnóstico do Setor e Macroprogramas, e na 11ª
904 Reunião Ordinária do CNPC a apresentação das diretrizes do Plano ao
905 Plenário. Em novembro, na 2ª Reunião Ordinária do Colegiado
906 Setorial de Culturas Indígenas submeteram o Plano à apreciação e
907 aprovação. O Sr. **Américo Córdula** (Secretaria da Identidade e da
908 Diversidade Cultural do Ministério da Cultura) informou que na
909 apresentação colocaram como objetivo: *valorizar e fortalecer as*
910 *culturas populares e seus praticantes*; como documentos bases e
911 acordos colocaram: a Carta do Folclore; Acordos internacionais,
912 planos de gestão para as políticas públicas em vigência, leis, portarias
913 e projetos de lei em tramitação; Pactuações e compromissos
914 indicados por meio de um amplo processo de participação social
915 promovido pelo MinC de 2002 a 2010; Documentos produzidos em
916 eventos que trataram sobre a temática das culturas populares;
917 Informações disponibilizadas pelas diferentes edições do Prêmio
918 Culturas Populares; Recomendações e contribuições do Colegiado
919 Setorial das Culturas Populares. Informou que como conceitos iniciais
920 constam: Cultura, Diversidade cultural, Etnocentrismo, Imperialismo
921 e Devir cultural. Ressaltou que hoje se tem uma discussão que
922 passou muito pelos folcloristas, pelas culturas tradicionais, então,
923 também contextualizaram isso dentro do Plano e que passa por
924 conceitos na cultura realizada dentro da classe social e, que está no
925 conceito aberto; relatou que ele não está voltado só para a questão
926 da tradição, mas também da transmissão oral e de processos que

927 podem, por exemplo, chegar até esses processos mais
928 contemporâneos; disse que o contexto da América Latina é
929 importante na questão da integração, “co-intercâmbio” e das culturas
930 populares da América Latina; informou que como Marcos Nacionais
931 incluíram: Criação do Departamento Municipal de Cultura em São
932 Paulo (1935); Movimento Folclórico Brasileiro: Comissão Nacional do
933 Folclore (1947) e Carta do Folclore Brasileiro (1951/1995); Separação
934 MEC e MinC e nova Constituição Federal/1988; Reconhecimento do
935 Patrimônio Imaterial – Decreto nº3551/00; Mudanças na estruturas e
936 ações do MinC – a partir de 2003. E como Marcos Internacionais:
937 Convenção para a Proteção do Patrimônio mundial Cultural e Natural
938 (1972); Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e
939 Popular (1989) – definição de cultura popular pela UNESCO;
940 Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1990) e a
941 Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002); Agenda 21
942 da Cultura, Barcelona (2004); e a Convenção sobre a Proteção e
943 Promoção da Diversidade das Expressões culturais (2005).
944 Apresentou as ações que o MinC realizou para as culturas populares,
945 como, por exemplo: a questão dos editais públicos para as culturas
946 populares e, que foram quatro edições; somados foram mais de R\$
947 10.765.000,00 em prêmios; projetos apoiados por renúncia fiscal;
948 Programa Cultura Viva; Ação Griô; Pontos de Cultura etc. O Sr.
949 **Américo Córdoba** (Secretaria da Identidade e da Diversidade
950 Cultural do Ministério da Cultura) apresentou ainda as disposições
951 preliminares, quais sejam: *Considerando que a Constituição Federal*
952 *de 1988 garante ao cidadão o acesso à cultura; o apoio, a*
953 *valorização e a difusão das manifestações culturais, e preconiza a*
954 *proteção das culturas populares; Considerando a grande diversidade*
955 *das Culturas Populares Brasileiras e sua importância na constituição*
956 *de uma identidade nacional; Considerando a importância da*
957 *diversidade das culturas populares para o desenvolvimento*
958 *sustentável nacional; Considerando a centralidade da cultura para a*

959 *nação, bem como sua função transversal de articulação das demais*
960 *políticas públicas de Estado; Considerando a importância da*
961 *diversidade cultural para a efetivação dos Direitos Humanos e das*
962 *liberdades fundamentais; Considerando a necessidade de se adotar*
963 *medidas voltadas para a proteção e promoção da diversidade cultural*
964 *brasileira; Considerando as recomendações dos participantes do VIII*
965 *Congresso Brasileiro de Folclore, a partir da releitura da Carta do*
966 *Folclore Brasileiro; Considerando as propostas da Carta das Culturas*
967 *Populares resultante do Seminário Nacional de Políticas Públicas para*
968 *as Culturas Populares; Considerando as deliberações da 1ª e 2ª*
969 *Conferência Nacional de Cultura e da Pré-Conferência Setorial de*
970 *Culturas Populares, e a criação do Colegiado Setorial para as Culturas*
971 *Populares; Considerando as recomendações tecidas pelos mestres e*
972 *mestras das culturas populares reunidos para o II Encontro Sul*
973 *Americano das Culturas Populares e constantes na Carta Sul*
974 *Americana das Culturas Populares; Considerando a proposta*
975 *consolidada no Projeto de Lei do Sistema Nacional de Cultura, que*
976 *estabelece responsabilidades compartilhadas entre os diferentes*
977 *poderes e organismos dos entes federados e a sociedade civil,*
978 *mediante diferentes instâncias participativas na gestão das políticas*
979 *públicas de cultura; Considerando, finalmente, o Plano Nacional de*
980 *Cultura e sua determinação de criação de planos setoriais,*
981 *apresentamos o presente Plano Setorial para as Culturas Populares.*
982 Na continuidade, informou que os princípios do Plano Nacional de
983 Cultura são: centralidade dos mestres e praticantes de culturas
984 populares; respeito às práticas e dinâmicas próprias de transmissão
985 de saberes e fazeres dos grupos e comunidades das culturas
986 populares; respeito aos direitos autorais coletivos e à propriedade
987 intelectual; diálogo intercultural e a transversalidade da cultura. O Sr.
988 **Américo Córdula** (Secretaria da Identidade e da Diversidade
989 Cultural do Ministério da Cultura) relatou que com os objetivos, a
990 principal preocupação foi com que o universo das culturas populares

991 não tivessem um mapeamento específico, pois não se conhece o
992 universo inteiro das manifestações e das produções das culturas
993 populares; explicou que focaram em atender a essa necessidade de
994 reconhecer essa diversidade e essa cultura tradicional; informou os
995 objetivos ficaram: planejar, criar e implementar, para os próximos
996 dez anos, programas e ações voltados para a valorização, o
997 fortalecimento e a promoção das culturas populares no Brasil;
998 realizar mapeamentos das expressões das Culturas Populares,
999 visando produzir informações para subsidiar ações de proteção e
1000 promoção da diversidade cultural brasileira, e difundir informações
1001 sistematizadas a esse respeito; fortalecer e promover as
1002 manifestações, saberes e práticas das Culturas Populares brasileiras,
1003 considerando sua dinâmica, e transformação e especificidades locais
1004 e regionais; valorizar os mestres e mestras das Culturas Populares
1005 brasileiras; incentivar os processos de transmissão de saberes e
1006 fazeres das Culturas Populares entre as diferentes gerações. E ainda,
1007 como objetivos: promover a troca de experiências e intercâmbio
1008 entre indivíduos, grupos e comunidades praticantes de Culturas
1009 Populares e destes com as demais expressões, linguagens e circuitos
1010 culturais, no âmbito internacional, nacional, regional e local;
1011 fortalecer a economia criativa das Culturas Populares brasileiras,
1012 criando estratégias de sustentabilida

1013

1014 de para seus praticantes; qualificar a gestão das instituições de
1015 praticantes das manifestações das Culturas Populares; e combater
1016 todas as formas de discriminação, preconceito e intolerância
1017 praticadas contra os símbolos e praticantes das culturas populares.

1018 Relatou que como diretrizes estabeleceram: Mapeamento e
1019 indicadores; Transmissão de saberes e fazeres; Manutenção e
1020 desenvolvimento sustentável; Qualificação da gestão cultural; Acesso
1021 às políticas públicas; Difusão e divulgação e intersetorialidade.

1022 Explicou que essa qualificação era no sentido de entender qual é a

1023 necessidade daquele segmento da cultura popular dentro do seu
1024 município, dentro do seu estado; relatou que perceberam nos oito
1025 anos de atuação que quase a totalidade dos Estados hoje tem uma
1026 atenção para as culturas tradicionais e muitos deles já têm os
1027 mapeamentos realizados; informou que perceberam que existe uma
1028 dificuldade muito grande do gestor valorizar a cultura popular local,
1029 investir na qualificação da gestão na área cultural, mediante a
1030 capacitação e especialização dos gestores públicos. O Sr. **Américo**
1031 **Córdula** (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do
1032 Ministério da Cultura) apresentou rapidamente os macroprogramas e
1033 informou que no Plano estava tudo muito detalhado; disse que
1034 criaram uma parte que seria um glossário onde constam as definições
1035 do que estão chamando de cultura: Dimensão Simbólica da Cultura,
1036 Dimensão Cidadã da Cultura, Dimensão Econômica da Cultura,
1037 Diversidade Cultural, Culturas Populares e Tradições Culturais,
1038 Tradição Oral e, Diálogo Intercultural; relatou que ao final do
1039 documento tinham três anexos: a Carta do Folclore Brasileiro de
1040 1951 com revisão em 95; a Carta das Culturas Populares de 2005 do
1041 I Seminário Nacional e a Carta Sul-Americana das Culturas Populares
1042 de 2008; ressaltou que a preocupação é que consigam trabalhar as
1043 metas dentro dessas ações em uma próxima etapa e que o desejo
1044 maior é comecem pelo mapeamento e que possam contemplar dentro
1045 do próximo PPA já a execução dessas ações prioritárias; por fim,
1046 parabenizou e agradeceu o Colegiado pela paciência mútua que
1047 tiveram para chegar até esse ponto. O Sr. **Marcelo Bones** (Diretor
1048 de Artes Cênicas/FUNARTE) ressaltou que era um prazer estar
1049 representando a Funarte em nome do presidente Sérgio Mamberti;
1050 informou que discorreria sobre os planos setoriais de circo, dança e
1051 teatro que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Artes
1052 Cênicas; informou que o movimento que fizeram nos últimos meses
1053 foi tentar deixar uma sinalização, uma contribuição nesse momento
1054 de transição que era a implantação do Plano Nacional de Cultura;

1055 disse que conseguiram apresentar para o CNPC e para SPC uma
1056 síntese do que consideraram importante de conteúdo desses planos
1057 setoriais com a colaboração dos Colegiados Setoriais e realizaram o
1058 trabalho final para a implantação do Plano Nacional de Cultura. O Sr.
1059 **Charles Narloch** (Artes Visuais) lamentou que só três áreas fossem
1060 contempladas. O Sr. **Marcelo Bones** (Diretor de Artes
1061 Cênicas/FUNARTE) respondeu que o Circo, a Dança e o Teatro
1062 tiveram esse momento de finalização, que as Artes Visuais e a Música
1063 estavam mais atrasadas nessas contribuições e que ele vem
1064 acompanhando; informou que pretendem que as três áreas estejam
1065 alinhadas com os cinco planos setoriais da Funarte e, vão encaminhar
1066 isso de forma unificada e atendendo as cinco áreas que a Funarte
1067 representa. O Sr. **Afonso Luz** (Coordenador do Programa Cultura e
1068 Pensamento na Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da
1069 Cultura) apresentou a Sra. Márcia da SPC responsável direta pelos
1070 planos na Secretaria; relatou que as contribuições são muito
1071 significativas para darem parâmetros os planos que ainda serão feitos
1072 e, para o todo desses planos e que acho ser o maior desafio do
1073 Conselho e que o Conselho vai atuar não só validando as decisões
1074 setoriais, mas garantindo certa harmonia e certa racionalidade entre
1075 todos esses planos para que os mesmos tenham de fato capacidade
1076 de serem implementados nesse prazo de dez anos; observou que
1077 devem ter mais planejamento para trabalharem melhor, e sugeriu a
1078 realização de uma reunião extraordinária para tratarem somente do
1079 Plano Nacional de Cultura e seu desdobramento, para tomarem as
1080 primeiras deliberações estruturais a respeito do Plano Nacional de
1081 Cultura; se dispôs pessoalmente à Secretaria de Políticas Culturais
1082 para que convoquem e façam um esforço de achar agendas comuns,
1083 pois essa era uma missão que deveria encerrar em 2010. O Sr.
1084 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) disse que poderiam
1085 pensar nessa opção se todos tivessem disponibilidade. A Sra. **Maria**
1086 **Alice Viveiros de Castro** (Circo) relatou que ficou apreensiva ao

1087 ouvir a apresentação do Sr. Américo, pois eles trabalham desde a
1088 época das câmaras discutindo isso e tentando pactuar as ações;
1089 ressaltou que mesmo depois nos colegiados, conseguiram
1090 efetivamente que houvesse a presença dos opostos ou das possíveis
1091 divergências, portanto, quando chega algo a um denominador
1092 comum, é verdadeiramente comum, é verdadeiramente pactuado;
1093 informou que a maneira que o Colegiado de Circo encaminhou os
1094 plano setorial foi completamente diferente, mas que ela achou muito
1095 interessante e que lia o Plano de Culturas Populares com calma;
1096 explicou a todos uma grande preocupação, pois a quantidade de
1097 circos que não estão relacionados a nada, que estão por aí nos
1098 recantos mais pequeninos do país, que não conhecem os apoios
1099 possíveis, não tem relação com prefeitura, não tem CNPJ etc. é muito
1100 grande; relatou que esse era um dos nossos grandes problemas,
1101 especialmente em relação aos circos pequenos e isso estava muito
1102 colocado no Plano; ressaltou que tiveram que seguir toda a
1103 organização que foi feita na Conferência Nacional de Política Cultural,
1104 em colocar as questões, dentro de que item e o que em cada item, e
1105 que isso foi uma discussão enorme. A Sra. **Patrícia Kunst Canetti**
1106 (Arte Digital) perguntou para quantos anos era o plano. O Sr. **Afonso**
1107 **Luz** (Coordenador do Programa Cultura e Pensamento na Secretaria
1108 de Políticas Culturais do Ministério da Cultura) respondeu que são
1109 metas para 10 anos escalonadas em 4, 4 e 2 anos, de tal modo que
1110 os dois últimos anos de meta significam já a abertura para o próximo
1111 decênio. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material) solicitou que
1112 constasse em ata a criação de um colegiado setorial de patrimônio
1113 material; relatou que tinha algumas considerações a fazer sobre os
1114 planos setoriais apresentados; parabenizou o Sr. Américo, a Sra.
1115 Dora e o Sr. Eliomar pelo trabalho que fizeram; disse que sobre a
1116 cultura popular saltou os olhos a questão da qualificação da gestão
1117 cultural e também a própria qualificação da produção; expos que na
1118 cultura indígena poderiam usar um instrumento como o IPHAN, as

1119 chancelas de paisagem cultural. O Sr. **Eliomar Carlos Mazoco**
1120 (Culturas Populares) ressaltou que o histórico das culturas populares
1121 do Brasil mostrava que o Governo Brasileiro se ausentou todos esses
1122 anos nesse segmento, e hoje tem de novo através do Conselho o
1123 estado brasileiro assumindo esse consenso; considerou fundamental
1124 a criação de uma autarquia federal para atender essas demandas;
1125 ressaltou que a questão dos direitos autorais deveriam ter avançado
1126 mais e ainda que tem expectativa de que esse Plano se traduza
1127 nessas metas, parabenizou a SID. O Sr. **Charles Narloch** (Artes
1128 Visuais) relatou que ao ver a apresentação ficou nervoso, pois
1129 também tinha comemorado por ter terminado o plano setorial na
1130 semana passada, e verificando a qualidade do trabalho da SID
1131 percebeu que não tinha, ficou feliz pelas culturas indígenas e
1132 populares, mas se sentiu excluído. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança)
1133 também se colocou muito preocupada com algumas das falas
1134 anteriores e de alguns colegiados em algumas das áreas; questionou
1135 se o Ministério da Cultura teria dado maiores condições a SID do que
1136 deu a FUNARTE; questionou porque não tiveram as mesmas
1137 condições de chegar nesse ponto com o Plano do ponto que a SID
1138 chegou; disse que a primeira coisa do Conselho era publicar todos os
1139 planos setoriais que se iniciou em 2005 e que já estão prontos;
1140 ressaltou também que sobre o modelo, eles trabalharam o plano
1141 exatamente em cima do modelo que a SPC recomendou, e que é
1142 diferente do que foi apresentado; questionou qual seria o modelo
1143 correto. A Sra. Maria das Dores C. P. Prado (Dora Pankararu - Povos
1144 Indígenas) em nome dos povos indígenas parabenizou todo o
1145 processo que a SID teve, a dedicação e o empenho de todo o
1146 coletivo, da Joana e da Luciene da consultoria e dos indígenas;
1147 respondeu à Rosa que não tiveram nenhuma regalia para elaboração
1148 do plano, que sofreram e trabalharam bastante; ressaltou que
1149 priorizam muito a qualidade e não a quantidade. A Dra. **Ana Cristina**
1150 **Bandeira Lins** (Ministério Público Federal) comentou que sobre o

1151 registro de paisagem cultural o IPHAN ainda não deu início a
1152 chancela, e que na verdade foi um registro de lugar; questionou se
1153 quando se pensou nesse mapeamento qual era o paralelo desse
1154 cadastro com as outras formas de preservação do patrimônio
1155 cultural; sobre as línguas indígenas o Iphan já estava trabalhando
1156 com 60 línguas, pois que a notícia que ela tinha era que trabalhavam
1157 com oito linguísticas, e que para ela essa questão era uma das
1158 questões mais importantes para os povos indígenas; ficou feliz com a
1159 notícia, mas que a informação que ela tinha do IPHAN era outra. O
1160 Sr. **Antônio José Amaral Ferreira** (Culturas Afro-Brasileiras)
1161 considerou que além de afroreligioso era folclorista e historiador;
1162 ficou preocupado com os dois planos que tem que dar parecer em
1163 cinco dias, e perguntou se eram consultores; questionou onde
1164 estavam os outros planos que já estavam discutidos; ressaltou que se
1165 sentia prejudicado porque dentro do plano de cultura popular
1166 encontrava audiovisual, questionou onde estavam as outras
1167 linguagens; frisou sua preocupação quanto ao Regimento Interno, se
1168 estaria sendo quebrado em algum momento; questionou se o CNPC
1169 teria orçamento para trazer todo esse contingenciamento para trazer
1170 novamente todos para discutir; propôs que esperassem todos os
1171 planos prontos para analisarem por completo. O Sr. **Afonso Luz**
1172 (Coordenador do Programa Cultura e Pensamento na Secretaria de
1173 Políticas Culturais do Ministério da Cultura) ressaltou que o plano era
1174 um mecanismo de racionalização dos interesses comuns e que devia
1175 olhar para isso como um exercício democrático do país; observou que
1176 como a SID fez para os setores indígenas e populares, que queriam
1177 fazer isso com todos 19 setores; disse que a SPC estava responsável
1178 por quatro áreas, mas se fizessem só por elas não garantiriam para
1179 os setores comuns, não haveria racionalização e entrariam numa
1180 guerra civil. O Sr. **Marcelo Bones** (Diretor de Artes
1181 Cênicas/FUNARTE) relatou que sua avaliação se tornou enviesada, e
1182 que isso mostrava a necessidade e o momento que estavam vivendo

1183 no planos setoriais; disse que por trás dessa discussão também
1184 discutiram o papel do estado e não puderam fazer uma síntese final;
1185 disse que o trabalho feito pela SID foi de grande qualidade e que o
1186 amadurecimento dos colegiados era muito visível; ressaltou que
1187 teriam que entender esse processo como um pulo de qualidade e que
1188 essa contribuição era fundamental. O Sr. **Francisco Simões de**
1189 **Oliveira Neto** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) relatou
1190 que o Conselho era a ponta de uma lança que vinha avançando
1191 significativamente esses últimos anos, com todas as divergências e as
1192 diferenças que eram fundamentais para esse avanço. O Sr. **Américo**
1193 **Córdula** (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do
1194 Ministério da Cultura) agradeceu os elogios e as críticas também;
1195 disse que o trabalho foi incumbido a SID porque foi essa Secretaria
1196 que incluiu a questão dos debates das culturas populares e das
1197 culturas indígenas; observou que as culturas populares e as culturas
1198 indígenas não tinham espaço dentro das cadeias produtivas;
1199 ressaltou que também debateu a lei de fomento ao teatro. A Sra.
1200 **Alice Viveiros de Castro** (Circo) relatou que no Conselho eles tem
1201 tido um aprendizado, uma escuta, uma validação, e que pode ter
1202 chegado lá pelo circo, mas que estava discutindo cultura para o
1203 Brasil; relatou que quanto à qualidade do trabalho que fizeram tem a
1204 ver com as condições e com a precariedade, acabou aparecendo
1205 como uma coisa mais forte; frisou que quando você está com áreas
1206 mais estabilizadas, você entra em outras brigas e outros problemas,
1207 mas isso não quer dizer que os outros planos não são bons; observou
1208 que há uma premência da aprovação de um contrato que viria a
1209 suprir essa necessidade de ter uma consultoria ou assessoria que
1210 desse conta de tudo que se precisa para esse plano ficar melhor e
1211 mais adequado; ressaltou ainda que queria fazer um protesto
1212 veemente pela ausência de qualquer circense a receber este ano a
1213 ordem do mérito cultural, que isso era uma coisa que vinham
1214 conquistando e perderam esse espaço. O Sr. **Gustavo Vidigal**

1215 (Secretário Geral do CNPC) relatou que escutou ansiosamente a
1216 todos e todas e que quem escuta percebe que todo mundo ao falar
1217 vai compondo um cenário interessante; disse que percebeu que a
1218 angústia da transição tem reciprocidade do lado de lá, mas que a
1219 mesma ponderação e paciência que é exigida de um lado vai ter que
1220 se exigir do outro lado; frisou que era um elemento fundamental que
1221 todos se conscientizassem de que o Governo foi vitorioso, e que a
1222 política vai continuar independente da pessoa que sentar ali;
1223 ressaltou que isso era uma garantia de que todos poderiam cobrar
1224 isso a partir do dia primeiro de janeiro; informou que tinha alguns
1225 encaminhamentos a fazer, e o primeiro deles era que havia
1226 estabelecido um prazo do dia 26 de dezembro para receber as
1227 contribuições, mas que era fundamental que discutissem mais uma
1228 vez isso no começo do ano; disse que a proposta do Sr. Afonso seria
1229 avaliada na Coordenação da Secretaria Geral do Conselho para ver se
1230 seria possível ou não a realização de uma reunião extraordinária;
1231 informou que estenderia o prazo de contribuição, e que os
1232 documentos que a FUNARTE produziu são muito bons, tão bons
1233 quanto os da SID; ressaltou que agora que o Plano foi sancionado,
1234 precisariam correr com sua implementação. Após deliberações finais,
1235 deixaram os encaminhamentos em aberto para o dia seguinte e o Sr.
1236 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) sem mais a tratar
1237 naquele momento encerrou o primeiro dia de atividades da 12ª
1238 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural. **Pauta**
1239 **do dia 08 de Dezembro de 2010:** Abertura da Sessão; **5)**
1240 Congresso Nacional – Matérias de Interesse da Cultura; **6)** Critérios
1241 para Aprovação de Projetos nos Fundos Setoriais; **7)** Plano Nacional
1242 de Fomento e Incentivo À Cultura (Pró-Cultura); **8)** Lançamento do
1243 Livro - Seminário Cultura e Participação Social; **9)** Encaminhamentos,
1244 Informes e Breves comunicações. **Abertura da Sessão:** O Sr.
1245 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do MinC) abriu o segundo dia de
1246 trabalho da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política

1247 Cultural e explicou a pauta que seria abordada naquele dia. **Item 6)**
1248 **Critérios para Aprovação de Projetos nos Fundos Setoriais:** O
1249 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) informou que
1250 teriam a presença dos Senhores Henilton Menezes da Secretaria de
1251 Fomento, Marcelo Bones da FUNARTE e Eduardo Ballarin da
1252 Secretaria Executiva, que explicariam a questão de como estavam
1253 funcionando os gastos do Fundo Nacional de Cultura e os Fundos
1254 Setoriais. O Sr. **Henilton de Menezes** (SEFIC - MinC) cumprimentou
1255 a todos; Explicou que o valor de R\$ 300 milhões estavam divididos
1256 em editais em vários fundos setoriais e que esses lançamentos dos
1257 editais aconteceriam na medida em que os editais fossem sendo
1258 desenhados, com a parceria das instituições vinculadas; Ressaltou
1259 que todos os editais estavam seguindo a Portaria 29 que era a que
1260 regulamentava o formato dos editais e tinham lançado algo em torno
1261 de 10 milhões em editais; Informou que ao longo de janeiro a março
1262 todos os editais que foram anunciados, seriam 53 editais, seriam
1263 lançados e seria uma primeira experiência que estariam colocando na
1264 rua para exatamente fazer com que aquela transição acontecesse;
1265 Reiterou que as demandas do setor de artes visuais foram todas
1266 anotadas e que estavam compondo um documento para formalizar
1267 para a Secretaria e eles iriam aderir na medida do possível, aquilo
1268 que estava sendo apontado pelo setor; Colocou-se a disposição de
1269 todos para que estabelecessem aquele diálogo. O Sr. **Marcelo Bones**
1270 (FUNARTE) informou que tinham um grande desafio pela frente que
1271 era no mesmo fundo setorial, terem três áreas distintas, sendo circo,
1272 a dança e o teatro; Informou na proposta que a relatora Dep. Alice
1273 Portugal havia encaminhado para o Congresso Nacional que estava
1274 em debate na comissão, o relatório previa a existência de fundos
1275 separados para o circo, dança e para o teatro; Avisou que estavam
1276 preparando para a comissão julgadora do MinC uma cartilha com uma
1277 série de informações, dados e diagnósticos dos 3 setores, para poder
1278 a partir do conhecimento dessas informações a comissão poder fazer

1279 um julgamento mais justo e igualitário e que era uma experiência
1280 que a área de circo, dança e teatro estava fazendo e de alguma
1281 maneira a partir daqueles resultados, eles iriam conseguir num
1282 segundo momento, inclusive, avaliar como havia sido feita a
1283 distribuição. O Sr. **Eduardo Ballerini** (Diretor de Gestão Estratégica
1284 - MinC) cumprimentou a todos; Apresentou-se a todos como diretor
1285 de gestão estratégica do MinC, o que significava que era o
1286 responsável pelo orçamento da casa; Informou que os editais
1287 empenhados seriam pagos naquele ano, já tinham a devida previsão
1288 e os editais que não pudessem ser empenhados naquele ano, teriam
1289 uma condição de restos a pagar para o ano seguinte, os que não
1290 fossem empenhados, estariam na previsão do ano seguinte no
1291 orçamento; Ressaltou que o orçamento de 2011 que haviam
1292 encaminhado ao congresso e que estava em fase de votação
1293 dispunha de um valor grande no Fundo Nacional de Cultura, e
1294 naquelas ações estariam procurando seguir os 8 segmentos do Pró-
1295 Cultura; Informou que estavam trabalhando também emendas de
1296 bancada e relatoria para aumentar o orçamento; Colocou-se a
1297 disposição do colegiado para dirimir quaisquer dúvidas que, por
1298 ventura, pudessem ter. O Sr. **Jeferson Dantas Nevolar** (Arquitetura
1299 e Urbanismo) questionou quando a arquitetura seria inserida no
1300 Fundo Setorial de Artes Visuais; Reiterou estranheza, pois o setor de
1301 Arquitetura não havia sido convocado para a reunião do Fundo
1302 Setorial de Artes Visuais quando o mesmo tratou do assunto;
1303 Questionou como ficaria a questão dos editais de arquitetura, já que
1304 a arquitetura não constava no Fundo. O Sr. **Washington da Silva**
1305 **Queiroz** (Patrimônio Imaterial) perguntou quais eram os 53 editais
1306 que, de fato, já estavam publicados; Solicitou que as pautas fossem
1307 enviadas antes aos membros do colegiado para que os mesmos
1308 pudessem se preparar para as reuniões. A Sra. **Patrícia Kunst**
1309 **Canetti** (Arte Digital) questionou quando seria a reunião pra ver a
1310 questão da arte digital, pois o ministério entendia como Audiovisual;

1311 Questionou também a questão do fundo para arte digital e também a
1312 questão de estarem na SPC e na SAV, e havia tido uma proposta de
1313 criar um espaço na FUNARTE, então gostaria que fizessem uma
1314 reunião com os atores para que discutissem a questão. O Sr. **Ivan**
1315 **Ferraro** (Música Popular) questionou ao Sr. Henilton se não teriam
1316 como fazer editais regionais e ao Sr. Ballarini se realmente o dinheiro
1317 previsto para pagamento dos R\$10 milhões estava em caixa, pois
1318 tinham notícia de alguns convênios que não haviam sido pagos. A
1319 Sra. **Heloísa Esser dos Reis** (Arquivos) perguntou ao Sr. Eduardo
1320 Ballarin se haveria uma reunião para organização do orçamento em
1321 2011, como ficariam os recursos para 2011 e o que iria atingir. O Sr.
1322 **Oswaldo Viegas** (CONNECTAS) sugeriu que os editais nacionais
1323 contivessem distribuição regional; indagou como seriam os repasses
1324 aos estados, para que eles pudessem fazer editais nos estados;
1325 ressaltou que outra coisa discutia no fórum de secretários era o
1326 projeto de circulação regional no nordeste, que era um projeto que
1327 viria acessar recursos regionais; explicou que era uma visão de
1328 futuro, de avanço de funcionamento do sistema, porque a visão é o
1329 sistema e o uso dos recursos do fundo e avançariam muito no sentido
1330 do repasse para o estado e descentralização, mas desde já
1331 independente da descentralização, os editais nacionais, deveriam
1332 conter a distribuição, porque era uma forma de promover o
1333 desenvolvimento. O Sr. **Eduardo Ballarin** (Diretor de Gestão
1334 Estratégica – MEC) respondeu que o orçamento do ano de 2011 tinha
1335 sido elaborado em julho e entregue em julho; disse que o orçamento
1336 de 2011 não estava setorizado de acordo com o Pró-Cultura, mas
1337 contemplava em valores; respondeu que tinha o dinheiro disponível
1338 no orçamento sim; explicou como funcionava a questão dos
1339 empenhos e da utilização dos recursos do ministério, que o dinheiro
1340 estava previsto no orçamento, mas quem liberava os pagamentos era
1341 o Tesouro Nacional; ressaltou que tinha plena confiança no que
1342 estava empenhado e reservado no orçamento. O Sr. **Henilton**

1343 **Parente de Menezes** (Ministério da Cultura) frisou que poderia fazer
1344 o diálogo com o setor de arquitetura, era só questão de adequar as
1345 agenda; explicou quanto aos editais que eram 52 editais, 24
1346 convênios e 6 editais de bolsas; disse que seria possível, mas era
1347 complicado fazer um edital blindado a uma região; frisou que eles
1348 poderiam discutir a questão do repasse fundo a fundo, eles ainda não
1349 tinha, mas o Pró-Cultura permitia essa prática. O Sr. **Oswaldo**
1350 **Viegas** (CONNECTAS) ressaltou que quanto o repasse fundo a fundo
1351 poderiam fazer uma distribuição de estado por estado, onde cada um
1352 faria a sua parte, ficaria com a responsabilidade e cobraria os
1353 resultados. O Sr. **Marcelo Bones** (FUNARTE) observou que o assunto
1354 tocava em pontos fundamentais; Colocou que eles não conseguiam
1355 atender as demandas de alguns estados, pois vários estados não
1356 apresentavam projetos de relevância, mas que tinham de construir
1357 aquela política. O Sr. **Du Oliveira** (Música) relatou quanto à questão
1358 dos fundos que deveria ser uma meta a regionalização; Citou que nos
1359 pontos de cultura eles só conseguiram andar quando os estados e
1360 municípios conseguiram dialogar. O Sr. **Renato da Silva Moura**
1361 (Artesanato) colocou a preocupação que tinha com relação às feiras e
1362 eventos, pois tinham além do custo normal, o custo amazônico, o que
1363 tornava mais caro, então solicitou que diferenciassem o artesanato da
1364 moda e do design e se continuasse daquela forma ia dificultar muito a
1365 questão deles. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) disse que
1366 mesmo possuindo um colegiado em alguns momentos se sentiam
1367 órfãos; reiterou a importância da reunião que teriam tido com o Sr.
1368 Henilton e agradeceu ao mesmo e ao Sr. Sérgio Mamberti; reiterou
1369 que tiveram vários problemas em relação a última reunião que
1370 haviam tido; reforçou a preocupação do colegiado que era a mesma
1371 de alguns membros do conselho pois estaria havendo duplicidade de
1372 funções de diferentes instâncias do ministério; ressaltou uma
1373 preocupação com relação aos editais de artes visuais pois os editais
1374 para pessoas jurídicas tratavam de forma igualitária pessoas jurídicas

1375 com e sem fins lucrativos; reiterou a questão da regionalização de
1376 recursos, com repasse fundo a fundo com a garantia da utilização dos
1377 recursos nos municípios e estados; questionou se haveria
1378 possibilidade de adiar alguns editais. O Sr. **Eduardo Ballarin**
1379 (Diretor de Gestão Estratégica – MEC) confirmou, havendo
1380 necessidade por parte da área técnica, formalizando a solicitação,
1381 eles adiarão os editais, que ficarão nos restos a pagar; Explicou
1382 como funcionaria esse processo. A Sra. **Alice Viveiros Castro**
1383 (Circo) questionou o quanto isso poderia prejudicar o orçamento de
1384 2011 se retirasse alguns editais. O Sr. **Eduardo Ballarin** (Diretor de
1385 Gestão Estratégica – MEC) colocou que poderia acontecer, retirando
1386 daquele ano e prorrogando para o próximo ano. A Sra. **Rosa**
1387 **Coimbra** (Dança) colocou sua preocupação na possibilidade de
1388 perder recurso no caso de adiamento dos editais; questionou qual o
1389 perigo de não prorrogar os editais e ficar com o resto a pagar. O Sr.
1390 **Eduardo Ballarin** (Diretor de Gestão Estratégica – MEC) esclareceu
1391 que só poderia colocar em restos a pagar valores desse ano;
1392 ressaltou que a possibilidade de adiar dava melhores perspectivas;
1393 Explicou que do 70 milhões o que não pudesse ser julgado nesse ano
1394 já não entraria nos restos a pagar. O Sr. **Washington da Silva**
1395 **Queiroz** (Patrimônio Imaterial) sugeriu que eles republicassem a res.
1396 nº 3 para o ano de 2011 e que não esperassem a aprovação do
1397 sistema e fizessem naquela linha, um exercício em cima do valor,
1398 mas com outros mecanismos. A Sra. **Alice Viveiros Castro** (Circo)
1399 salientou que o Conselho estava entendendo que a questão da
1400 regionalização era importante, mas que não poderiam ser
1401 engessados. O Sr. **Eliomar Mazoco** (Culturas Populares) defendeu
1402 que haja critérios para a descentralização dos recursos, para a
1403 regionalização; questionou a função do conselho e a questão da
1404 descentralização. O Sr. **Márcio Caetano** (Fórum Nacional de
1405 Secretários das Capitais) reiterou a questão da partilha dos recursos
1406 do Governo Federal; relatou que a preocupação não era só repassar

1407 recursos tinham sim que pactuar aquela arquitetura, eles
1408 necessitavam de uma estrutura de execução também para
1409 partilhamento de recursos. O Sr. **Marcelo Bones** (FUNARTE)
1410 informou que o relatório da Dep. Alice Portugal tinha sido aprovado;
1411 explicou quanto ao adiamento, pela FUNARTE, que havia uma
1412 solicitação de todos os setores do adiamento dos editais Pró-Cultura
1413 de 2010; ressaltou que o prazo era muito curto para tudo acontecer.
1414 Quanto ao orçamento explicou que o não contingenciamento do fundo
1415 para o ano de 2011 era uma grande vitória e iria ajudá-los a ter um
1416 orçamento robusto para 2011. O Sr. **Oswaldo Viegas** (CONNECTAS)
1417 sugeriu que saísse a resolução de número 04, no mesmo teor da
1418 resolução 03, qual segue: "diretriz e aplicação dos recursos em nome
1419 do sistema federal de cultura no exercício de 2011", e que fosse
1420 alterada a redação do item 07, qual segue "utilizar como referencia
1421 na locação dos recursos os critérios propostos na nota técnica
1422 disponibilizando até 30% dos recursos do FNC para repasse a estados
1423 e municípios". O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC)
1424 informou que eles tinham esgotado a parte da tarde, pois o assunto
1425 tinha avançado; explicou que estava tentando conseguir a presença
1426 da deputada Alice Portugal; com relação à redação eles votariam na
1427 parte da tarde a nova resolução. A Dra. **Ana Cristina B. Lins**
1428 (Ministério Público Federal) explicou que eles estavam abrindo mão
1429 da verba que estava reservada; esclareceu quanto ao regimento que
1430 eles só poderiam aprovar moções na hora, as resoluções teriam que
1431 ter substância, fossem divulgadas em pauta, discutida e aplicada,
1432 precisavam de aparato jurídico para isso; sugeriu que fizessem uma
1433 moção quanto a resolução, que os pontos fossem esclarecidos, para
1434 depois fazer a resolução. O Sr. **Oswaldo Viegas** (CONNECTAS)
1435 defendeu que a resolução que foi decidida ano passado não foi
1436 cumprida e que o problema maior na questão da documentação não
1437 chegar seria de representatividade; relatou que a matéria deveria
1438 chegar antes para dar ciência aos seus pares, para não serem

1439 posições pessoais. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) ressaltou que
1440 deveriam seguir as orientações da Dra. Ana Cristina; relatou que não
1441 deveriam deliberar da maneira que estavam acostumados,
1442 principalmente por ser uma resolução; disse que depois dos
1443 argumentos levantados considerava melhor seguirem o regimento,
1444 pois estava insegura. O Sr. **Marcelo Bones** (FUNARTE) observou que
1445 a própria FUNARTE estava discutindo isso internamente, que era uma
1446 questão técnica, pois como o Governo que lançou teria que fazer uma
1447 avaliação tanto para uma posição quanto para outra; relatou que
1448 existe uma prerrogativa do Ministério e da FUNARTE, e que
1449 infelizmente teriam que segurar e fazer o edital esse ano. O Sr.
1450 **Charles Narloch** (Artes Visuais) frisou que se sentiu contemplado
1451 com a colocação da Dra. Ana Cristina e que também não se sentia
1452 seguro de aprovar uma resolução que não conhecia, então propôs
1453 que não votassem a resolução naquele dia que colocassem em uma
1454 pauta específica. O Sr. **Carlos Barreto** (Grupos de Institutos,
1455 Fundações e Empresas) ressaltou que referente à como essa
1456 resolução seria comunicada para a sociedade civil e principalmente
1457 aos investidores privados ele tinha uma recomendação; sugeriu que
1458 houvesse a partir de uma definição da alocação dos recursos dos
1459 fundos, que essa decisão fosse comunicada para que os investidores
1460 sociais privados tivessem condição de se planejar e atuar de forma
1461 complementar à política pública, para aumentar a abrangência do
1462 investimento em cultura no Brasil. O Sr. **Washington da Silva**
1463 **Queiroz** (Patrimônio Imaterial) solicitou que fosse enviada a lista dos
1464 editais. O Sr. **Henilton Parente de Menezes** (Ministério da Cultura)
1465 ficou de enviar para o e-mail cnpc@cultura.gov.br. O Sr. **Gustavo**
1466 **Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) sugeriu que durante o horário de
1467 almoço os conselheiros pensassem melhor sobre a questão do
1468 posicionamento; frisou que o fato de uma resolução do Conselho não
1469 ter sido acatada, judicialmente não poderiam ser acionados, mas que
1470 politicamente ficaria muito ruim para o Ministério, porque era um

1471 ambiente de participação social. A Dra. **Ana Cristina B. Lins**
1472 (Ministério Público Federal) observou que na verdade poderia ser
1473 juridicamente sim, porque cabe ao Conselho dar essas diretrizes e
1474 depois acompanhar e avaliar, e poderiam interpretar que isso estava
1475 sendo uma diretriz, aliás, uma resolução era uma diretriz que devia
1476 ser seguida; frisou que por isso uma resolução tinha que estar
1477 baseada e bem baseada em lei, em decreto; relatou que lendo a nota
1478 técnica, de fato, na resolução passada o que ela falava era “*30% do*
1479 *total dos recursos vão para os projetos nacionais 70% para os*
1480 *regionais*” e que desses 70% regionais entendendo o texto, deveria
1481 usar esses critérios, mas não tinham critérios deliberativos nessa na
1482 técnica; por fim, informou que caberia mais uma moção invés de
1483 resolução, pois a moção não tem esse caráter que a resolução tem. O
1484 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) concordou que
1485 realmente seria mais uma moção do que uma resolução. O Sr.
1486 **Marcelo Bones** (FUNARTE) relatou que gostaria de encerrar a
1487 questão dos editais com prorrogação ou sem prorrogação, e pediu ao
1488 Conselho ajudar na divulgação desses editais que estão abertos;
1489 solicitou então ao Conselho ajuda para replicar em fóruns, outras
1490 redes, pois são editais amplos que atendem a todas as áreas e é
1491 muito importante que ele tenha essa abrangência nacional. O Sr.
1492 **Henilton Parente de Menezes** (Ministério da Cultura) agradeceu a
1493 presença de todos e se colocou a disposição de todos os setores para
1494 dialogar. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
1495 interrompeu a reunião naquele momento para o almoço e solicitou
1496 que todos retornassem às 14h00. Ao retornarem do almoço, o Sr.
1497 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) reabriu a sessão e
1498 passou a palavra a Sra. Alessandra. A Sra. **Alessandra Capone**
1499 (Colegiado de Música) informou que esteve presente na reunião do
1500 Colegiado Setorial de Música, na qual aprovaram o Plano da música;
1501 disse que na verdade aprovaram todas as diretrizes que ainda eram
1502 contudentes, porque a câmara setorial de música, que era de 2005,

1503 tinha muita coisa que estava ultrapassada, e que ela estava
1504 terminando de escrever a introdução do plano, que foi a sua
1505 incumbência; informou que estaria enviando no mais tardar no dia
1506 seguinte, e perguntou se poderia entregar pessoalmente na Feira
1507 Música Brasil ou então se encaminharia para o e-mail do CNPC. O Sr.
1508 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) solicitou que ela
1509 enviasse para o e-mail do CNPC: cnpc@cultura.gov.br. O Sr. **Ivan**
1510 **Ferraro** (Música Popular) relatou que recebeu a informação de que o
1511 pessoal do cinema estaria em campanha para retirar do Ministério da
1512 Cultura, tudo que tem haver com economia e a indústria criativa e
1513 levar para Ministério da Indústria e Comércio; ressaltou ser
1514 importante registrar isso e que seria sim interessante fazer um
1515 trabalho em conjunto com o Ministério da Indústria e Comércio, mas
1516 tirar a indústria criativa do Ministério da Cultura, talvez fosse uma
1517 incongruência. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC)
1518 perguntou se teriam mais algum informe ou se poderia passar para
1519 as resoluções e moções. O Sr. **Washington da Silva Queiroz**
1520 (Patrimônio Imaterial) considerou que deveriam avaliar com um
1521 pouco mais de critério. O Sr. **Du Oliveira** (Música) ressaltou que o
1522 que ficou acordado ontem foi que como as discussões já foram
1523 colocadas no dia anterior, que naquele momento apenas melhorariam
1524 os textos. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) iniciou
1525 a leitura das moções para aprovação ou não do Plenário. A 1ª foi:
1526 *Moção de apoio à reivindicação de isonomia de direitos ao*
1527 *microempreendedor individual e ao micro e pequeno empresário da*
1528 *área cultural nos editais públicos de artes visuais, do Ministério da*
1529 *Cultura. Considerando que, diferentemente de outras áreas artísticas -*
1530 *cujos editais públicos prevêem a concorrência entre pessoas físicas e*
1531 *pessoas jurídicas "com" e "sem fins lucrativos" - nos editais orientados*
1532 *para as artes visuais há o impedimento de participação a pessoas jurídicas*
1533 *"com fins lucrativos"; Considerando que esse impedimento reflete uma*
1534 *distorção de percepção do meio das artes visuais por parte do Estado,*

1535 *pois incide num desestímulo à base produtiva desse setor, formada por*
1536 *artistas, pesquisadores e produtores independentes, pequenos arranjos*
1537 *produtivos e outras formas associativas, muitos dos quais regularizados*
1538 *como pessoa jurídica "com fins lucrativos", nas figuras do*
1539 *"microempreendedor individual" e "micro e pequeno empresário do setor*
1540 *cultural"; Considerando que esse desestímulo é um contra-senso em*
1541 *relação a outras intenções do próprio Estado, as quais buscam*
1542 *oportunizar, estimular e regularizar melhores condições de estruturação*
1543 *social aos trabalhadores autônomos e seus sistemas produtivos, conforme*
1544 *as recentes ações governamentais de incentivo à adesão dos*
1545 *trabalhadores informais ao MEI; Considerando, ainda, a necessária*
1546 *"igualdade de condições a todos os concorrentes", conforme o previsto no*
1547 *art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e sua regulamentação, a Lei*
1548 *Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e*
1549 *contratos da Administração Pública e dá outras providências;*
1550 *Considerando que a Portaria Nº 29 do Ministério da Cultura, de 21 de maio*
1551 *de 2009, em seu art. 3º, prevê editais de seleção pública para concessão*
1552 *de prêmios a iniciativas culturais que destinam-se ao reconhecimento e*
1553 *estímulo de ações culturais realizadas ou em andamento, promovidas por*
1554 *pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, "com ou sem*
1555 *finalidade lucrativa"; e Considerando, ainda, que essa matéria foi*
1556 *devidamente identificada na minuta do Plano Setorial de Artes Visuais,*
1557 *finalizado dia 29 de novembro de 2010, que reconhece o direito de*
1558 *participação de pessoas físicas e trata da necessidade de garantir o direito*
1559 *à participação de pessoas jurídicas de diferentes naturezas, abarcando*
1560 *tanto as sem fins lucrativos quanto as pequenas e micro empresas e*
1561 *microempreendedores individuais (MEI), com finalidades culturais, nos*
1562 *editais propostos para o setor, assim como em outros mecanismos de*
1563 *fomento e incentivo promovidos pelo Ministério da Cultura, favorecendo*
1564 *uma isonomia das artes visuais em relação às demais áreas da cultura, no*
1565 *que incide de comum entre elas, mesmo relevando-se as singularidades*
1566 *de cada meio; Aprova a Moção de Apoio à reivindicação de isonomia,*

1567 *apresentada pelo Colegiado Setorial de Artes Visuais, instância legítima de*
1568 *representação das artes visuais na constituição deste Conselho. Neste*
1569 *sentido, solicita o encaminhamento urgente desta Moção ao Secretário de*
1570 *Incentivo e Fomento à Cultura, Henilton Menezes, para que o órgão*
1571 *analise a possibilidade de revisão dos editais de artes visuais em curso,*
1572 *bem como tome as medidas necessárias na elaboração de novos editais,*
1573 *no que diz respeito a este tema. Após deliberações, a moção foi aprovada*
1574 *na configuração acima, sendo retirada da versão apresentada no dia*
1575 *anterior a parte das artes visuais, permanecendo apenas a questão da*
1576 *isonomia. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC)*
1577 *apresentou a 2ª moção, qual seja: Moção de apoio aos artistas de*
1578 *rua que vêm sendo vítimas de proibições e restrições quanto a suas*
1579 *manifestações artísticas. Considerando que a Constituição da*
1580 *República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, inciso IX, garante a*
1581 *livre expressão artística; Considerando que, no entendimento do*
1582 *CNPC, a passagem do chapéu é uma manifestação milenar que cria*
1583 *vínculo entre artistas e público e, portanto, não pode ser tratada*
1584 *como uma relação de comércio ou similar; e Considerando que*
1585 *alguns municípios estão tratando os artistas de rua como*
1586 *comerciantes ilegais ou equiparando-os aos mega-espetáculos que*
1587 *são realizados em áreas públicas para multidões; Aprova Moção de*
1588 *Apoio aos artistas de rua, segmento que vem sendo vítima de*
1589 *proibições e restrições quanto à realização de manifestações*
1590 *artísticas em espaços públicos em diversas cidades brasileiras. O*
1591 *CNPC entende que as artes nas ruas e praças contribuem para que a*
1592 *relação dos cidadãos com sua cidade sejam mais afetivas, emotivas e*
1593 *solidárias e, desta feita, manifesta seu apoio aos artistas de rua,*
1594 *reconhecendo a importância dos herdeiros dos antigos saltimbancos,*
1595 *que enchem de sons e alegria as ruas e praças de cidades por todo o*
1596 *mundo. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) passou*
1597 *para a 3ª moção, qual seja: Moção de Apoio ao Parecer – Conselho*
1598 *Nacional de Educação, CEB Nº 15, 2010. Conselho Nacional de*
101

1599 *Educação, CNE. Com orientações quanto às políticas públicas para*
1600 *Educação Antirracista no qual faz diferença ao livro "Caçadas de*
1601 *Pedrinho" de Monteiro Lobato. Considerando a importância da*
1602 *aplicação das políticas antirracistas, principalmente no campo da*
1603 *educação; considerando o propósito central do Parecer e do Conselho*
1604 *Nacional de Educação em pautar a questão étnica e racial como tema*
1605 *relevante da educação nacional. Considerando o cuidado com a*
1606 *matéria, a precisão da redação e a votação unanime do Parecer do*
1607 *CNE. Considerando o entendimento de que o contexto histórico em*
1608 *que se produz a leitura, não é tão importante que o contexto*
1609 *histórico em que se produziu a obra para o trabalho conjunto aos*
1610 *leitores, no caso, alunos e professores. Considerando a repercussão*
1611 *pública do referido Parecer e da interpretação da censura dada na*
1612 *imprensa dos escritores jornalísticos, o Conselho Nacional de Política*
1613 *Cultural, em sua reunião ordinária, Brasília, 7 e 8 de 2010, no uso de*
1614 *sua competência, pelo Artigo 5.520, 24 de agosto de 2005, tendo em*
1615 *vista o disposto e, seu regimento interno, aprova a moção de apoio*
1616 *ao Parecer CNE 15 2010. Nesse sentido solicita o encaminhamento*
1617 *urgente da moção para o Ministro da Educação, Fernando Haddad. O*
1618 **Sr. Charles Narloch** (Artes Visuais) questionou se todos estariam
1619 acompanhando com condições de aprovar ou não. O Sr. **Gustavo**
1620 **Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) respondeu que sim, e perguntou
1621 se teriam alguma ponderação com relação a essa moção. O Sr.
1622 **Washington da Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) reiterou a
1623 importância do texto da moção, que foi uma questão muito divulgada
1624 na imprensa com repercussão, e acrescentou que seria importante
1625 que objetivamente no texto da moção dissesse qual o objeto. O Sr.
1626 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) apresentou a 4ª moção,
1627 qual seja: *Moção de protesto com relação a participação de animais*
1628 *em circo. O Conselho Nacional de política Cultural aprova Moção de*
1629 *Protesto pela não instalação até hoje do Grupo de Trabalho*
1630 *Interministerial Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Cultura,*
103

1631 *para a regulamentação dos animais em espetáculos circenses,*
1632 *proposto pela Plenária do CNPC em 17 de novembro de 2009. O*
1633 *CNPC solicita a imediata criação do Grupo de Trabalho, na medida em*
1634 *que configura um passo fundamental para o reconhecimento do circo*
1635 *como patrimônio cultural brasileiro e para a proteção dos animais. O*
1636 **Sr. Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) passou para a
1637 *próxima moção, qual seja: Moção de aplauso à Equipe da*
1638 *Coordenação do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC. O*
1639 *CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, reunido em*
1640 *Sessão Ordinária, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2010, e no uso das*
1641 *competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de*
1642 *agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em*
1643 *vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria*
1644 *nº 28, de 19 de março de 2010, aprova moção de aplauso à Equipe*
1645 *da Coordenação do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC,*
1646 *pela responsabilidade e disponibilidade que sempre demonstraram no*
1647 *uso de suas competências. Na sequência, o Sr. **Gustavo Vidigal***
1648 *(Secretário Geral do CNPC) passou na continuidade para a 6ª moção,*
1649 *qual seja: Moção de aplauso à deputada Alice Portugal pelo*
1650 *substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.139, de 2007. O CONSELHO*
1651 *NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, reunido em Sessão*
1652 *Ordinária, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2010, e no uso das*
1653 *competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de*
1654 *agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, tendo em*
1655 *vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria*
1656 *nº 28, de 19 de março de 2010, aprova moção de aplauso à*
1657 *deputada Alice Portugal pelo substitutivo apresentado ao Projeto de*
1658 *Lei nº 1.139/2007, que institui o Programa Nacional de Fomento e*
1659 *Incentivo à Cultura - Procultura, em especial ao artigo 14, que*
1660 *garante as distinções dos Fundos Setoriais no FNC. Em regime de*
1661 *votação, as moções foram aprovadas. Na continuidade, passaram*
1662 *para a 7ª moção, qual seja: Moção de apoio à Prefeitura Municipal do*

1663 *Rio de Janeiro e demais entidades envolvidas pela recente iniciativa*
1664 *denominada "Morar Carioca". Considerando que o projeto "Morar*
1665 *Carioca" prevê a urbanização de 215 comunidades carentes, situadas*
1666 *nos morros da cidade do Rio de Janeiro, com investimentos*
1667 *anunciados de R\$ 8 bilhões de reais; e Considerando que a escolha*
1668 *dos projetos de arquitetura para a implantação do "Morar Carioca"*
1669 *deu-se por meio de concurso público, no qual foi priorizada a*
1670 *diversidade cultural como critério de projeto; Aprova a Moção de*
1671 *Apoio à iniciativa da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e das*
1672 *demais entidades promotoras pela criação do projeto "Morar*
1673 *Carioca", pela adoção do concurso público para a seleção dos*
1674 *projetos e, principalmente, pela inclusão dos aspectos culturais nesta*
1675 *ação reurbanizadora de comunidades carentes cariocas. Após*
1676 *aprovação, o Sr. **Du Oliveira** (Música) apresentou proposta de*
1677 *moção, qual seja: Moção de apoio a regulamentação da lei dos*
1678 *músicos e propõe a criação de um GT para readequar a lei da OMB.*
1679 *Moção de Apoio a Regulamentação da Lei 3857 de 1960 que cria a*
1680 *ordem dos músicos no Brasil e dispõem sobre a regulamentação da*
1681 *profissão de músico. Considerando: 1 - Os debates que hoje ocorrem*
1682 *no judiciário e também em outros campos da sociedade brasileira*
1683 *acerca de alguns Artigos da Lei 3857/60 que criou a ordem dos*
1684 *músicos no Brasil e que dispõe sobre a regulamentação do exercício*
1685 *da profissão de músico, apontam para um desacordo entre a referida*
1686 *Lei e a Constituição Federal de 88. Considerando: 2 - A*
1687 *responsabilidade do Estado brasileiro para com a ordem dos músicos*
1688 *do Brasil, pelo fato de esta ser uma autarquia Federal. Considerando:*
1689 *3 – A inobservância de democracia no interior referida entidade que*
1690 *desde 1964 é conduzida pelo mesmo grupo de diretores, recomenda*
1691 *ao Ministério da Cultura, a formação de um grupo de trabalho para*
1692 *estudar a readequação da referida autarquia. O CNPC sugere que*
1693 *esse grupo de trabalho deverá ser formado pelos dois representantes*
1694 *da música no CNPC, por membros do MinC e por membros do*
107

1695 *Congresso Nacional. O grupo de trabalho irá considerar: 1 - A*
1696 *atualização da Lei 3857/60 para sua adequação a Constituição*
1697 *Federal de 88. 2 - A diferenciação entre músico profissional e músico*
1698 *prático. Práticas cotidianas na gestão da OMB há vários anos, apesar*
1699 *de não constar na Lei, no sentido de que a afiliação na entidade seja*
1700 *obrigatória para os primeiros, ou seja, os músicos profissionais e*
1701 *opcional para os segundos, ou seja, os músicos práticos. 3 - A*
1702 *realização de eleições diretas em todas as regionais verdadeiramente*
1703 *democráticas, transparentes e em todos os níveis, para todos os*
1704 *quadros da OMB. A Sra. **Izaura Maria Ribeiro** (Livro e Leitura)*
1705 *ressaltou que quanto à moção do Monteiro Lobato deveriam fazer*
1706 *uma moção de repúdio à censura, não de apoio ao Parecer; relatou*
1707 *que o livro, a leitura, a criação do texto, são livres e que se fossem*
1708 *considerar que Monteiro Lobato, quando escreveu aquele texto a*
1709 *realidade era diferenciada, e iriam censurar ele por uma situação que*
1710 *existiu àquela época; ressaltou que se fosse assim, teriam que tirar*
1711 *Machado de Assis, Shakespeare, Hamlet e uma série de outros textos*
1712 *que sempre foi muito mais valioso que prejudicial a qualquer cultura.*
1713 *A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) solicitou questão de*
1714 *ordem; informou que na verdade o parecer não era pela proibição,*
1715 *era para que nas edições que fossem para escolas fossem*
1716 *acompanhadas de informações sobre a questão; explicou que o fato*
1717 *da colocação da Tia Anastácia daquela maneira era assim que se via,*
1718 *o Monteiro Lobato era um artista ligado às questões do seu tempo,*
1719 *mas também vítima dos conceitos de seu tempo. O Sr. **Marcos***
1720 ***Olender** (Patrimônio Material) relatou que preocupado com isso deu*
1721 *uma olhada no Parecer do Conselho Nacional de Educação e que*
1722 *efetivamente era um Parecer extenso, mas que não falava de*
1723 *circulação do livro, falava só na tomada de cuidados para que os*
1724 *professores que aplicassem a literatura estivessem preparados ao*
1725 *aplicar, e que nas edições de livros como este, viesse uma nota*
1726 *explicativa sobre o contexto da época. O Sr. **Charles Narloch** (Artes*
109

1727 Visuais) explicou que o que ele quis anteriormente foi chamar
1728 atenção sobre a necessidade de uma discussão um pouco mais
1729 fundamentada antes de votar uma moção como essa no calor de ter
1730 que se aprovar imediatamente; ressaltou que em relação à primeira
1731 moção se sentia ainda bastante prejudicado com o resultado dela
1732 porque não tiveram uma votação do texto. O Sr. **Washington da**
1733 **Silva Queiroz** (Patrimônio Imaterial) reiterou que se fossem pautar
1734 coisas em relação à criação na arte literária desse modo, teriam que
1735 fazer observações em vários livros da história do Brasil; acrescentou
1736 que todos os livros relativos ao meio ambiente, teriam que ter notas
1737 explicativas, porque a relação que se tinha com esse meio ambiente,
1738 inclusive, pelos próprios Índios era uma, e agora, passava a ser outra
1739 porque os tempos mudam, as coisas são dinâmicas; desta forma,
1740 propôs que adiassem a votação da moção, pois considerava que esse
1741 assunto merecia uma reflexão maior e não se sentia a vontade de
1742 votar nessa moção. O Sr. **Francisco Simões** (Integração Social por
1743 intermédio da Cultura) ressaltou que a discussão estava acontecendo
1744 há algum tempo e eles vinham acompanhando, nesse sentido ele
1745 achou que estavam todos a par do que estava acontecendo; relatou
1746 que o Conselho Nacional de Educação foi politicamente correto ou
1747 pelo menos quis ser politicamente correto, mas que a mídia
1748 aproveitou e distorceu a discussão; ressaltou que como não houve a
1749 censura como um convite para reflexão sobre o tempo e espaço em
1750 que foi escrito o livro do Monteiro Lobato, era necessário que
1751 defendessem o Conselho Nacional de Educação, no seu direito de
1752 propor reflexões sobre quaisquer textos escritos principalmente
1753 aqueles que são adotados nas escolas públicas brasileiras. A Sra.
1754 **Izaura Maria Ribeiro** (Livro e Leitura) observou ainda que não via a
1755 necessidade de apoiarem o parecer do Conselho, porque o professor
1756 tem entendimento do que está escrito na obra, no tempo e no
1757 espaço, era sua obrigação, e que ele teria que estar atualizado,
1758 independente de qual for o texto que ele fosse trabalhar. A Sra.

1759 **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) relatou que aprendeu a
1760 viver através de Monteiro Lobato e da Tia Anastácia, e que hoje sabe
1761 que o papel que à colocavam era preconceituoso, mas porque
1762 naquela época era isso, preto de alma branca, era uma expressão;
1763 ressaltou que a nossa sociedade não está preparada para lidar ainda
1764 com a questão que o preconceito existe sim, e eles está aí em todos
1765 os dados, na questão do Estatuto Racial que foi completamente
1766 detonado etc.; frisou que deveriam estar muito atentos, e eles, como
1767 Conselho de Cultura, tinham que participar das discussões da
1768 comunicação, porque a questão da cultura está diretamente ligada à
1769 questão da democratização de emissoras. O Sr. **Ivan Ferraro**
1770 (Música Popular) ressaltou que não se sentia a vontade para achar
1771 que uma publicação com um bilhete dentro serviria para modificar
1772 alguma coisa na sociedade; frisou que os professores, os alunos, os
1773 pais, os próprios consumidores de livros nas livrarias sabem o que
1774 estão comprando e devem o mínimo ter noção do porque estão lendo
1775 aquilo e saber do que se trata e do que está sendo lido. O Sr.
1776 **Ignácio José Kornowski** (Confederação Nacional de Prefeitos)
1777 concordou com algumas posições, e ressaltou que aquele era um
1778 momento que estava se abrindo de discussão e também servia como
1779 reflexão; disse que o autor retrata o momento em que viveu, do que
1780 a era sociedade no momento, e que se retornarem a mais antiga
1781 antiguidade, existe uma série de autores extremamente até hoje
1782 inconcebíveis, mas fazem parte da literatura que não pode ser
1783 desprezado; observou que como Conselho Nacional de Cultura e com
1784 a responsabilidade que tinham não poderiam ser precipitados,
1785 deveriam postergar uma reflexão e uma discussão mais aprofundada.
1786 O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) propôs que
1787 retirassem essa moção de pauta e que convidassem o presidente do
1788 CNE para a próxima reunião para discutirem melhor o assunto. O Sr.
1789 **Marcos Olender** (Patrimônio Material) ressaltou que lendo o parecer
1790 viu que ele era bastante contextualizado e tal, e que precisam ver a

1791 real intenção do parecer. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais)
1792 concordou e disse que não era necessário trazer o conselheiro, não
1793 precisavam entrar no mérito da questão e sim o encaminhamento
1794 que se deu; relatou que deveria ficar para a conselheira Patrícia
1795 apresentar na próxima reunião e que nas próximas reuniões as
1796 moções ficassem para o primeiro dia, pois assim teriam melhores
1797 condições de serem avaliadas e votadas. O Sr. **Gustavo Vidigal**
1798 (Secretário Geral do CNPC) com a permissão do Plenário retirou a
1799 moção da pauta. O Sr. **Ignácio José Kornowski** (Confederação
1800 Nacional de Prefeitos) estranhou estarem regredindo e retornando
1801 para a pré-história e disse que ficava indignado que um gestor
1802 público tivesse a capacidade e a coragem de inibir ou perseguir ou
1803 agredir. A Sra. **Alice Viveiros Castro** (Circo) aproveitou para dar um
1804 depoimento; disse que no Rio de Janeiro a teve uma oficina que
1805 recebeu apoio da FUNARTE para fazer o espetáculo, recebeu o apoio
1806 da Secretaria Municipal de Cultura, e entrou no Programa a Praça é
1807 Nossa, um programa de espetáculos em praças; relatou que no Rio
1808 de Janeiro tem a figura do prefeito, do administrador regional e
1809 simplesmente parou um carro, uma Kombi na frente e começou a
1810 tirar o material; informou que de doze espetáculos que eles fizeram,
1811 tiveram problemas em dez, mesmo tendo apoio; relatou que em Belo
1812 Horizonte tem uma situação também horrorosa, inclusive com uma
1813 manifestação de protesto muito bem humorada, porque eles
1814 resolveram invadir a praça como se fosse uma praia. O Sr. **Francisco**
1815 **Simões** (Integração Social por intermédio da Cultura) indagou de
1816 quem era a praça, do povo, do artista ou do Governo; disse que é um
1817 artista de rua e na Europa tem lugar que a gente recebe, que a
1818 prefeitura paga para os artistas se apresentarem na rua; relatou que
1819 essa discussão chegou ao Brasil e precisava ser aprofundada mesmo,
1820 e que vai ter que ter legislação a respeito disso, precisa ser
1821 resguardado esse direito de livre manifestação em espaços públicos.
1822 A Sra. Maria das Dores C. P. Prado (Dora Pankararu - Povos

1823 Indígenas) ressaltou que eram poucos os governantes que entendiam
1824 o valor da cultura, que o povo brasileiro, que os governantes
1825 brasileiros não conseguem valorizar a cultura diversa que o país
1826 oferece. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) passou
1827 para a próxima moção, qual seja: *Moção de apoio à aprovação do PL*
1828 *4413-08, em tramitação no Congresso Nacional, que cria o Conselho*
1829 *de Arquitetura e Urbanismo - CAU. Considerando que o atual*
1830 *conselho profissional onde estão os profissionais de arquitetura e de*
1831 *urbanismo, sistema CONFEA/CREA, congrega aproximadamente 300*
1832 *títulos profissionais das áreas da engenharia, agronomia e*
1833 *tecnólogos, todos das áreas tecnológicas; Considerando que a*
1834 *formação dos arquitetos não é composta exclusivamente pelo campo*
1835 *tecnológico, pois contempla também as humanidades; Considerando*
1836 *que o Brasil é, atualmente, um dos dez países do mundo onde os*
1837 *arquitetos e urbanistas são representados por um conselho*
1838 *multiprofissional; e Considerando que todas as entidades nacionais*
1839 *que representam os arquitetos no Brasil (ABAP, ABEA, ASBEA, FNA e*
1840 *IAB) apoiam a aprovação do PL4413-08; Aprova a Moção de Apoio à*
1841 *criação de um conselho profissional para os arquitetos e urbanistas,*
1842 *conforme prevê o PL 4413-08, em tramitação no Congresso Nacional,*
1843 *e encaminha este apoio aos deputados federais, senadores e*
1844 *presidentes das respectivas mesas diretoras do Congresso Nacional.*
1845 O Sr. **Jeferson Dantas Nevolar** (Arquitetura e Urbanismo) explicou
1846 que algumas profissões no Brasil são regulamentadas por conselho, e
1847 que a profissão de arquitetura e urbanismo é vinculada desde 1935
1848 ao chamado sistema CONFEA/CREA que na década de 30 abrigava
1849 três profissões e 250 profissionais; informou que quase 70 anos
1850 depois o sistema é composto por mais de 1 milhão de profissionais e
1851 aproximadamente 330 profissões; disse que a cada dia que se
1852 consulta o site do sistema CONFEA/CREA uma profissão nova foi
1853 criada ou o Ministério da Educação elimina uma dessas; observou que
1854 os arquitetos se mantiveram por todos esses anos como uma
117

1855 profissão única, já as engenharias optaram pelas especialidades,
1856 engenharia tectônica, engenharia de pesca, engenharia de alimento
1857 etc.; relatou que lutam há 50 anos para que possam ter um conselho
1858 próprio, um conselho de uma profissão, e é um projeto que hoje
1859 tramita em caráter terminativo esse junto ao Congresso Nacional;
1860 solicitou então que o Conselho Nacional de Política Cultura,
1861 extremamente qualificado, os ajudassem nesse sentido. O Sr.
1862 **Marcos Olender** (Patrimônio Material) reforçou que há mais de 20
1863 anos o projeto estava sendo discutido, e que uma maneira de
1864 reforçarem a posição e identificar efetivamente isso, reconhecendo o
1865 arquiteto na sua luta de se afirmar enquanto uma especificidade
1866 cultural e não só profissional. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário
1867 Geral do CNPC) colocou em votação e foi aprovado; passou para as
1868 recomendações. A Sra. **Maria Alice Viveiros de Castro** (Circo) fez a
1869 leitura da moção, qual seja: *Moção de apoio aos artistas de rua que*
1870 *vêm sendo vítimas de proibições e restrições quanto a suas*
1871 *manifestações artísticas. Considerando que a Constituição da*
1872 *República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, inciso IX, garante a*
1873 *livre expressão artística; Considerando que, no entendimento do*
1874 *CNPC, a passagem do chapéu é uma manifestação milenar que cria*
1875 *vínculo entre artistas e público e, portanto, não pode ser tratada*
1876 *como uma relação de comércio ou similar; e Considerando que*
1877 *alguns municípios estão tratando os artistas de rua como*
1878 *comerciantes ilegais ou equiparando-os aos mega-espetáculos que*
1879 *são realizados em áreas públicas para multidões; Aprova Moção de*
1880 *Apoio aos artistas de rua, segmento que vem sendo vítima de*
1881 *proibições e restrições quanto à realização de manifestações*
1882 *artísticas em espaços públicos em diversas cidades brasileiras. O*
1883 *CNPC entende que as artes nas ruas e praças contribuem para que a*
1884 *relação dos cidadãos com sua cidade sejam mais afetivas, emotivas e*
1885 *solidárias e, desta feita, manifesta seu apoio aos artistas de rua,*
1886 *reconhecendo a importância dos herdeiros dos antigos saltimbancos,*

1887 *que enchem de sons e alegria as ruas e praças de cidades por todo o*
1888 *mundo. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) após a*
1889 *provação, passou para a próxima moção, qual seja: *Moção de apoio à**
1890 *luta desenvolvida pelos movimentos em defesa da liberdade religiosa*
1891 *e pelo reconhecimento e respeito à alteridade cultural no Brasil.*
1892 *Considerando que o Brasil é formado por diferentes grupos étnico-*
1893 *raciais, culturais e religiosos e que, diante disso, a Constituição*
1894 *Federal assegura a liberdade de crença e proíbe discriminação*
1895 *fundada em credo religioso; Considerando que ao poder público cabe,*
1896 *em obediência às leis do país e aos tratados internacionais de direitos*
1897 *humanos, fomentar uma cultura de paz, compreensão e respeito*
1898 *recíproco entre todas as religiões; Considerando que, atualmente, o*
1899 *Candomblé e a Umbanda estão presentes em todo território nacional,*
1900 *nos grandes centros urbanos e nas cidades do interior, inclusive na*
1901 *região Sul, onde a população é majoritariamente descendente de*
1902 *europeus; Considerando que o Candomblé e a Umbanda são religiões*
1903 *democráticas, nas quais todos são bem-vindos, são filhos de Olorum*
1904 *e respeitados, independente de posição social, econômica, origem*
1905 *étnica ou orientação sexual; e Considerando que a continuidade da*
1906 *intolerância religiosa no Brasil, especialmente em Salvador e*
1907 *Recôncavo Baiano – regiões onde se situam o maior número de casas*
1908 *de culto de religiões de matriz africana -, já causou a invasão de*
1909 *terreiros, tortura física e morte de membros do Povo de Santo;*
1910 *Aprova Moção de Apoio à luta desenvolvida pelos movimentos em*
1911 *defesa da liberdade religiosa e pelo reconhecimento e respeito à*
1912 *alteridade cultural no Brasil, além de solicitar aos poderes públicos*
1913 *medidas eficazes que assegurem o direito de liberdade de escolha de*
1914 *credo religioso, garantido pela Constituição Federal. Após a*
1915 *aprovação desta moção, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do*
1916 *CNPC) aprovada a moção anterior, informou que todos poderiam ver*
1917 *as moções aprovadas no site do CNPC, e na sequência passou para*
1918 *as recomendações. Recomendação nº11/2010: *Recomenda a**

1919 *inclusão de atividades culturais entre as ações de programas sociais*
1920 *promovidos pelo Governo. Considerando que, nos últimos anos,*
1921 *assistimos a ampliação do conceito de "cultura" e o surgimento de*
1922 *políticas públicas afirmativas do direito de acesso e fruição de bens*
1923 *culturais pela população brasileira; Considerando que a*
1924 *questão/desafio que se apresenta é o da universalização dessas*
1925 *políticas, pois é notório que apesar dos esforços empreendidos ainda*
1926 *é grande o número de brasileiros e brasileiras excluídos da vida social*
1927 *e cidadã; e considerando que a inclusão econômica não garante*
1928 *sozinha a inclusão social da população e por isso precisa estar*
1929 *acompanhada de políticas de inclusão cultural, pois, do contrário,*
1930 *podemos assistir, além do crescimento econômico, o aumento da*
1931 *violência e do consumo de produtos nocivos à saúde; Recomenda*
1932 *que os programas governamentais incluam em suas ações atividades*
1933 *culturais, como forma de fortalecimento dos valores constitutivos das*
1934 *comunidades beneficiadas. Após ser colocada em votação, foi*
1935 *aprovada sem ressalvas. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do*
1936 *CNPC) passou para a próxima recomendação, qual seja: O Conselho*
1937 *Nacional de Política Cultural reunido ordinariamente no dia 8 de*
1938 *dezembro de 2010; Considerando que é fundamental reconhecer a*
1939 *função dos arquivos como instrumentos culturais e a importância dos*
1940 *seus acervos para a cultura brasileira; Considerando as necessidades*
1941 *de se reconhecer que em boa parte dos estados e municípios os*
1942 *arquivos estão vinculados a Secretaria de Cultura e no intuito de se*
1943 *promover o seu acesso a linhas de fomento; Considerando que*
1944 *internacionalmente os arquivos juntamente com as bibliotecas e*
1945 *museus constituem um tripé clássico de guarda, preservação e*
1946 *difusão de acervos para a construção de identidades e memórias*
1947 *nacionais e garantir os direitos dos cidadãos; Considerando-se serem*
1948 *os documentos arquivísticos, instrumentos de apoio instrumentos de*
1949 *administração e a garantia de direitos; E que esses deveres não se*
1950 *contrapõem ao valor cultural dos acervos permanentes sobre a*

1951 *guarda dos arquivos; Recomenda-se que a representação do Arquivo*
1952 *Nacional, o órgão central do sistema vinculado a Casa Civil no*
1953 *Conselho Nacional de Política Cultural. A Sra. **Heloisa Esser***
1954 *(Arquivos) acrescentou que a Casa Civil tem assento e ela poderia*
1955 *indicar o Arquivo Nacional como seu representante. O Sr. **Gustavo***
1956 ***Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) informou que no item dois,*
1957 *"Considerando as necessidades de reconhecer boa parte dos estados*
1958 *e municípios, os arquivos estão vinculados a Secretaria de Cultura e*
1959 *no intuito de se promover as suas linhas de fomento", que era mais*
1960 *importante entender que arquivo é cultura, e pedirem financiamento*
1961 *via Ministério da Cultura. A Sra. **Ivana Denise Parrela** (Suplente –*
1962 *Arquivos) sugeriu que recomendassem e caso isso não fosse acatado,*
1963 *encaminhariam para a alteração do decreto presidencial. O Sr. **João***
1964 ***Roberto Peixe** (Coordenador do SNC/MinC) informou que na*
1965 *comissão de transição de 2002 quando do primeiro governo do*
1966 *presidente Lula na passagem do governo do Fernando Henrique, a*
1967 *comissão de transição recomendou que o Arquivo Público Nacional*
1968 *que estava vinculado a Casa Civil, fosse transferido para o Ministério*
1969 *da Cultura, como também a Fundação Joaquim Nabuco em*
1970 *Pernambuco; disse que a Fundação Joaquim Nabuco permaneceu no*
1971 *Ministério da Cultura e o Arquivo Nacional permaneceu na Casa Civil;*
1972 *relatou que existe essa recomendação desde 2002, mas não foi*
1973 *acatada, e o pessoal de arquivo, em todos os lugares eles querem*
1974 *isso e fica sempre essa questão indo e voltando. A Sra. **Heloisa***
1975 ***Esser dos Reis** (Arquivos) respondeu que achava que não tinha uma*
1976 *solicitação do Arquivo Nacional no sentido de ser ligado ao Ministério*
1977 *da Cultura; relatou que era interessante que o Ministério da Cultura*
1978 *fizesse interlocução entre o Ministério e visse a possibilidade de ter*
1979 *essa cadeira sem tirar especificamente do lugar onde ela já esteja*
1980 *hoje, pensando que existem dois lados da situação dos arquivos. O*
1981 *Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) ressaltou que*
1982 *objetivamente precisavam amadurecer um pouco, e talvez fazer uma*

1983 moção de apoio ao trabalho do Arquivo Nacional e solicitar que eles
1984 fossem como ouvintes, convidados às reuniões. O Sr. **Freddy Van**
1985 **Camp** (Design) observou que na penúltima reunião chegou a fazer
1986 uma intervenção sobre o problema da documentação digital, afinal a
1987 mídia digital hoje não tinha ninguém arquivando, essa que era a
1988 realidade, e que a mídia digital era a coisa mais perecível que você
1989 tem. O Sr. **Marcos Olender** (Patrimônio Material) observou ainda
1990 que tem arquivos em discos rígidos, disquetes e que nenhum
1991 computador hoje lê esses arquivos, pois é outro formato, e disse que
1992 na questão do acervo digital tem que estudar inclusive em como
1993 preservar o suporte. A Sra. **Heloisa Esser do Reis** (Arquivos) disse
1994 que no CONARQ tem uma câmara técnica de documentos eletrônicos,
1995 está sendo estudado na área de arquivos e tem recomendações do
1996 CONARQ. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) retirou
1997 a recomendação para trabalharem melhor no texto posteriormente, e
1998 passou para a próxima recomendação. Recomendação nº13/2010,
1999 qual seja: *Recomenda ao Ministério da Cultura a continuidade e*
2000 *fortalecimento dos Colegiados Setoriais já existentes e a criação de*
2001 *novos Colegiados Setoriais. Aprovada na portaria 28 de maio de*
2002 *2010. Recomenda ao Ministério da Cultura a continuidade e*
2003 *fortalecimento dos Colegiados Setoriais existentes e a criação de*
2004 *novos Colegiados, até julho de 2011, referente aos segmentos que*
2005 *ainda não estão contemplados e já o tenham solicitado.* A Sra. **Rosa**
2006 **Coimbra** (Dança) explicou que isso era para registrar na próxima
2007 gestão, fortalecer os já existentes e apoiar os segmentos que já estão
2008 reivindicando; ressaltou que era somente uma posição política do
2009 próprio Conselho Nacional para a próxima gestão. O Sr. **Gustavo**
2010 **Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) passou para a Recomendação nº
2011 14/2010, qual seja: *Recomenda o aumento e fortalecimento da*
2012 *equipe administrativa da Coordenação do Conselho Nacional de*
2013 *Política Cultural – CNPC;* e foi aprovada sem ressalvas. Passou para a
2014 Recomendação nº 15/2010, qual seja: *Recomenda a realização do*

2015 *mapeamento da cadeia produtiva da dança; Considerando a*
2016 *inexistência de indicadores sociais e econômicos da área;*
2017 *Considerando a necessidade de construir um banco de dados sobre o*
2018 *setor, e Considerando a necessidade de publicações dos resultados*
2019 *dessa pesquisa de levantamento; Recomenda a realização do*
2020 *mapeamento da cadeia produtiva da dança, nas capitais e no Distrito*
2021 *Federal, conforme deliberado no Colegiado Setorial de Dança;*
2022 *também foi aprovada sem ressalvas. A próxima recomendação foi a*
2023 *Recomendação nº 14/2010, qual seja: Recomenda a manutenção do*
2024 *Prêmio Culturas Indígenas e a inclusão definitiva do projeto no*
2025 *orçamento anual do Ministério da Cultura; Considerando a*
2026 *importância do projeto Prêmio Culturas Indígenas, do Ministério da*
2027 *Cultura, realizado por meio de parceria entre a*
2028 *Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do MinC e*
2029 *organizações indígenas, com vistas ao fortalecimento das culturas e*
2030 *das identidades dos povos indígenas brasileiros; e Considerando os*
2031 *resultados obtidos por este projeto, que incluem a premiação de 276*
2032 *comunidades e organizações indígenas que apresentaram iniciativas*
2033 *culturais, a divulgação de todas as 1.167 iniciativas habilitadas junto*
2034 *ao Prêmio Culturas Indígenas, por meio de dois catálogos, e a*
2035 *promoção de mais de 300 oficinas locais de elaboração participativa*
2036 *de iniciativas culturais; Recomenda que o Prêmio Culturas Indígenas*
2037 *seja mantido sem sofrer nenhum tipo de paralisação, para atender à*
2038 *grande demanda das comunidades e organizações indígenas em*
2039 *relação ao fortalecimento de suas culturas (891 iniciativas culturais*
2040 *não atendidas, que correspondem a 76,35% apresentadas ao*
2041 *projeto); e Recomenda que o Ministério da Cultura inclua o referido*
2042 *projeto definitivamente em seu orçamento anual, e em 2011, faça*
2043 *gestões junto à Petrobras para garantir recursos para o Prêmio*
2044 *Culturas Indígenas 2011, viabilizando a abertura de um ovo edital a*
2045 *partir de março. Após ser colocado em votação pelo Sr. **Gustavo***
2046 ***Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) foi aprovada sem manifestações.*

2047 A Sra. **Maria das Dores C. P. Prado** (Dora Pankararu - Povos
2048 Indígenas) explicou que a complexidade nos editais que nem as
2049 pessoas que preparam os editais sabem explicar atrapalham muito;
2050 disse que eles não conseguem desenvolver uma proposta, mas que
2051 dentro do Prêmio Culturas Indígenas eles conseguem trabalhar a
2052 proposta tradicional desde a arquitetura, construção de uma casa
2053 tradicional, apresentação cultural, trocas de vestimentas que são
2054 caras, que dependendo da região as pessoas não conseguem ter o
2055 seu subsídio natural, tem que buscar em outra comunidade ou
2056 reaprender uma técnica que se perdeu em algum momento; relatou
2057 que devem fortalecer o intercâmbio entre outras culturas que tem a
2058 visualização semelhante à cultura daquele que fez o projeto, e que
2059 era uma situação que foi conquistada e com muito custo dentro do
2060 processo do GT indígena. A Sra. **Silvana Meireles** (Ministério da
2061 Cultura) concordou com toda a argumentação da Sra. Dora Pankararu
2062 e ressaltou que tinham que colocar que era “assumir dentro do
2063 orçamento do Ministério da Cultura”, pois se fosse para tornar isso
2064 uma política, que viesse para dentro do orçamento da cultura e não
2065 ficasse dependendo de patrocínio, mesmo que fosse de uma estatal.
2066 Na continuidade, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC)
2067 passou para a deliberação da última recomendação, qual seja:
2068 *Resolução nº 04 de 08 de dezembro de 2010 estabelece diretrizes*
2069 *para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura,*
2070 *FNC/2011. O CNPC reunido em sessão extraordinária tendo em vista*
2071 *o seu regimento resolve: Artigo 1º - ficam estabelecidas as seguintes*
2072 *diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de*
2073 *Cultura: 1 - Fortalecer e apoiar aperfeiçoamento das estruturas do*
2074 *Sistema Nacional de Cultura; 2 - Estimular a consolidação do sistema*
2075 *de participação social na gestão de políticas culturais; 3- Fomentar as*
2076 *artes e expressões experimentais; 4 - Proteger e promover o*
2077 *patrimônio, a memória e as entidades culturais brasileiras; 5-*
2078 *Estimular o desenvolvimento da economia e da cultura, bem como a*

2079 *capacitação e assistência ao trabalhador da cultura; 6 - Ampliar o*
2080 *acesso dos cidadãos e cidadãs a fruição e a produção cultural; 7 -*
2081 *Utilizar como referência na locação de recursos do Fundo Nacional de*
2082 *Cultura (FNC), os critérios compostos na nota técnica 01 de 2009 da*
2083 *Secretaria Executiva do Ministério da Cultura em especial do seu*
2084 *Anexo 6, disponibilizando até 30% dos seus recursos do Fundo*
2085 *Nacional de Cultura para repasse a estados e municípios. Após a*
2086 *leitura, a resolução acima foi aprovada. **Item 08: Lançamento do***
2087 **Livro – Seminário Cultura e Participação Social:** O Sr. **Gustavo**
2088 **Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) passou para o próximo item da
2089 pauta. O Prof. Dr. **Albino Rubim** (Coordenador de Pesquisa)
2090 informou inicialmente que discutiram o projeto em outra ocasião e
2091 resolveram fazer o lançamento, uma prestação de contas, fazendo a
2092 apresentação deste livro; explicou que o projeto se originou de uma
2093 conversa que teve com o Sr. Gustavo, e muito da sensibilidade do
2094 Ministério, no sentido de que interessava ao Ministério essa atuação
2095 com os conselhos, particularmente com o Conselho Nacional, mas
2096 também com os Conselhos Estaduais e com os Conselhos Municipais,
2097 de desenvolver uma política nessa área; frisou que propuseram então
2098 o que chamaram de "*Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de*
2099 *Cultura*", e como o título já diz, tematizar a questão dos conselhos,
2100 mas em uma perspectiva de democracia, tanto da democracia da
2101 sociedade brasileira, quanto da democratização do estado brasileiro e
2102 a relação disto com o caso específico das políticas culturais; relatou
2103 que a ideia inicial era um seminário que servisse para debater essas
2104 questões e também para articular tanto o Conselho Nacional quanto
2105 os Conselhos Estaduais, como também Conselhos Municipais;
2106 informou que esse seminário foi feito em Salvador e quase trezentas
2107 pessoas participaram, pessoas de vinte e três estados brasileiros e do
2108 Distrito Federal; relatou que a maioria destes participantes eram
2109 pessoas ligadas aos conselhos, e claro, que além de pessoas ligadas
2110 aos conselhos haviam estudiosos, pessoas que trabalham e estudam,

2111 estudantes de cursos na área de cultura; informou que depois, ao
2112 lado disso, também propuseram um sítio na internet que continua no
2113 ar, que é um sítio de reflexão, tem materiais de discussão sobre a
2114 questão dos conselhos, com um desenho legal, uma navegabilidade
2115 tranquila; informou que além do sítio, esse livro e mais um CD e um
2116 DVD que estão já bastante adiantados e a ideia é que esse material
2117 seja amplamente distribuído na área de cultura, particularmente nos
2118 conselhos, porque uma das idéias do projeto como um todo é não
2119 apenas refletir sobre o tema, que é um tema que tem pouca reflexão
2120 no Brasil; explicou que um dos objetivos do projeto era refletir sobre
2121 conselhos de cultura, democracia e políticas culturais, e que então,
2122 existe toda uma política de não apenas trabalhar com os conselhos,
2123 mas de qualificar sua atuação; relatou que no seminário, fizeram uma
2124 reunião com um conjunto de pesquisadores que foram convidados ao
2125 seminário, e participaram especificamente dessa reunião para
2126 estimular a criação de uma espécie de uma rede de estudos sobre
2127 conselhos de cultura; frisou que o livro, portanto, está dividido em
2128 algumas partes: uma primeira parte que discute conselhos de
2129 políticas públicas no Brasil, e uma das preocupações foi contemplar
2130 pessoas de todo o Brasil, não concentrar somente em especialistas de
2131 uma determinada instituição ou região; a segunda parte é mais
2132 especificamente da equipe, da equipe que montou na universidade
2133 com estudantes de doutorado, mestrado e outros profissionais que
2134 convidaram para participar dessa equipe; informou que havia um
2135 estudo da Taiane Fernandes, do doutorado, sobre a importância da
2136 transparência dos conselhos, então um dos mecanismos da
2137 transparência, relativamente fáceis dos conselhos é ter sítios, *blogs*,
2138 etc.; ressaltou que ela se debruçou a estudar isso, quais os conselhos
2139 estaduais que possuem sítios, *blogs*, como são esses *blogs*, o que
2140 eles tratam, o que eles não tratam, quais as coisas interessantes
2141 presentes, quais as deficiências; disse que escreveu um texto que era
2142 uma análise de três pessoas que estavam na equipe e que analisaram

2143 a questão dos conselhos, e que esse texto tem o título do livro;
2144 relatou que há duas outras partes, uma parte especificamente sobre
2145 uma reflexão acerca de conselhos de cultura, de vários autores
2146 também, mas algo mais geral da questão do Brasil, e outra parte que
2147 são espécies de estudos de casos; explicou que a ideia do livro,
2148 pedindo alguns autores para que disponibilizassem e colocassem
2149 textos já publicados em revistas, era que criassem um livro que se
2150 tornasse uma espécie de referência e apoio a quem se interessa pelo
2151 tema dos conselhos; observou que tentaram fazê-lo com o maior
2152 rigor acadêmico possível, mas com uma preocupação política
2153 também, não era um livro acadêmico, e sim um livro que tenta, na
2154 verdade buscar um pouco o equilíbrio entre o acadêmico e o político,
2155 de atuação política, de subsidiar a constituição no Brasil, de
2156 conselhos mais atuantes e mais democráticos, que interfiram de
2157 forma mais substantivas no campo das políticas culturais. O Sr.
2158 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) ressaltou que a parceria
2159 do Conselho com a SAI e com a UFBA tinha dois pontos muito
2160 importantes, o primeiro era que no meio acadêmico eles notavam
2161 que o tema conselho social tinha perdido muito espaço, na década de
2162 70 tinha muito espaço e na década de 80 ganhou um corpo, uma
2163 musculatura e, ao longo da década de 90 e anos 2000, foi perdendo
2164 espaço; salientou que isso se refletia também em linhas de pesquisa,
2165 produção, *papers*, teses, dissertações, enfim, vinham diminuindo
2166 drasticamente na medida em que a institucionalização da participação
2167 social aumentava; frisou que as legislações interferem no dia-a-dia
2168 da cultura, no dia-a-dia dos conselhos, e capacitar os conselhos é
2169 capacitar o próprio Ministério para uma atuação qualificada; ressaltou
2170 que se pudesse resumir o seminário em um parágrafo, ele diria que a
2171 participação social no campo da cultura é cada vez mais pungente, e
2172 tem contribuído de fato para a qualificação das políticas públicas;
2173 observou que isso deixou de ser uma contribuição desse ou daquele
2174 partido, desse ou daquele governo e passou a se transformar em um

2175 política de estado, participação social é uma contribuição desse
2176 governo, no caso da cultura, mas que está se transformando em uma
2177 política de estado porque o Conselho contribui com o
2178 desenvolvimento de políticas públicas. A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança)
2179 parabenizou o Prof. Albino e observou que a participação foi
2180 fundamental, foi de uma acolhida fantástica e muito importante;
2181 perguntou se essa rede nacional, com os membros dos Conselhos
2182 Estaduais, Distrital e Municipais, será através deste sítio e se sim, se
2183 já estaria funcionando; perguntou se estava disponibilizado no sítio o
2184 diagnóstico preliminar, da realidade desses conselhos de cultura, e se
2185 não, se seria disponibilizado, e perguntou também, sobre a questão
2186 do documento final, além obviamente do livro, se existia algum
2187 documento específico e, se for o caso, se poderia ser disponibilizado
2188 para este Conselho. O Sr. **Washington da Silva Queiroz**
2189 (Patrimônio Imaterial) parabenizou o Prof. Dr. Albino e questionou,
2190 via de regra, é muito comum, na área de cultura dos estados
2191 brasileiros, haver a participação de pessoas vinculadas à
2192 antropologia, em especial, pessoas que militam no campo da cultura,
2193 no estudo, enfim, de objetos culturais que estão no campo da
2194 antropologia e também possuem transversalidades; relatou que
2195 chamou sua atenção a relação que existe entre os que trabalham
2196 nessa área, em especial o próprio Albino, com as pessoas vinculadas
2197 à antropologia, especialmente em Salvador. O Prof. Dr. **Albino**
2198 **Rubin** (Coordenador de Pesquisa) respondeu que com relação à rede
2199 de conselhos que o site não comportaria isso, mas poderia ajudar;
2200 relatou que o seminário foi um pontapé inicial para colocar em
2201 contato, por exemplo, o Conecta com os Conselhos Estaduais, o
2202 Conselho Nacional com vários Conselhos Municipais que tinham lá os
2203 seus representantes; observou que não era uma construção imediata,
2204 era um processo de construção; disse que considera muito
2205 importante que haja essa conexão entre os conselhos, de troca de
2206 experiências, de realização de determinadas lutas conjuntas, porque

2207 há coisas que interessam a todos os conselhos, determinadas
2208 políticas gerais de cultura interessam e existem coisas específicas de
2209 cada conselho, de cada região do país etc.; relatou que a ideia de
2210 construção da rede é um processo, o seminário é um momento, o
2211 sítio pode ajudar, mas isso não é ainda uma rede que se articule, que
2212 tenha funcionamento; ressaltou que constataram que praticamente
2213 todos os estados brasileiros têm conselhos estaduais, com raríssimas
2214 exceções, há alguns que não funcionam, mas são poucos, a maioria
2215 tem; disse que a questão da relação entre universidade e sociedade é
2216 muito importante se quiserem desenvolver políticas públicas, e se
2217 políticas públicas necessariamente são políticas que supõem um
2218 diálogo, uma interlocução entre o estado e a sociedade civil e as
2219 populações, é importante que as universidades possam ajudar nisso,
2220 naquilo que lhes compete; ressaltou que a universidade não vai
2221 substituir o movimento social, não vai substituir a sociedade civil,
2222 nem o estado, e que a sociedade tem que trazer seu aporte
2223 específico; frisou que a universidade não pode substituir os atores
2224 políticos, os atores políticos são os atores políticos, e que a
2225 universidade tem que entrar em seu campo de subsidiar, no plano
2226 específico do conhecimento e fazer com que as políticas públicas se
2227 tornem mais qualificadas a partir desse apoio específico; respondeu
2228 ao Sr. Washington que tradicionalmente era verdade que a
2229 antropologia é uma das áreas que mais subsídios tem dado aos
2230 estudos da cultura, sem nenhuma dúvida, até porque grande parte
2231 dos estudos da cultura nasceram dentro da antropologia; ressaltou
2232 que quando nós vamos para o campo mais específico das políticas
2233 culturais, e aqui se trata mais desse campo dos estudos da cultura
2234 em geral, a antropologia já não tem tanto a dizer; frisou que no
2235 campo das políticas culturais, temos hoje uma série de
2236 conhecimentos que vem de outras áreas que não são da
2237 antropologia; disse que foi um acaso não haver antropólogos, mas
2238 não havia nenhum preconceito em encontrar antropólogos, nada

2239 disso, mas as pessoas que estavam refletindo sobre a questão dos
2240 conselhos, das políticas públicas, eram pessoas que estavam em
2241 outras áreas. O Sr. **Oswaldo Viegas** (CONNECTAS) registrou o
2242 agradecimento como representante do Conecta, o Fórum Nacional
2243 dos Conselhos de Cultura; salientou que se pudesse fazer chegar pelo
2244 menos um exemplar a cada conselho seria importantíssimo. O Prof.
2245 Dr. **Albino Rubin** (Coordenador de Pesquisa) explicou que para a
2246 reunião tinham imprimido 100 exemplares, mas já tinham acordado
2247 com o MinC 1000 exemplares para subsidiar justamente os
2248 conselhos. A Sra. **Bruna Villarim** (CNPQ) informou que no site do
2249 CNPC havia um espaço com informações sobre todos os conselhos de
2250 cultura, e que está logo abaixo, no menu de navegação, baseado no
2251 projeto do Prof. Dr. Albino. O Sr. **João Roberto Peixe** (Coordenador
2252 do SNC/MinC) ressaltou a importância que há em se estreitar essa
2253 relação com a universidade e com os conselhos, porque estão em um
2254 processo que já começou, da institucionalidade do sistema; relatou
2255 que o Conselho é um dos três componentes básicos: Conselho, Plano
2256 e Fundo, e vai se exigir, naturalmente, um esforço grande dos
2257 estados e municípios, dentro não somente do Conselho de forma
2258 isolada, mas do Conselho como parte do Sistema Nacional de Cultura
2259 para, não apenas a constituição de conselhos onde não existem, mas
2260 para a reestruturação de conselhos onde já existem. O Prof. Dr.
2261 **Albino Rubin** (Coordenador de Pesquisa) salientou que na área de
2262 saúde eles tinham essa preocupação com a formação e qualificação
2263 dos conselheiros e que com a implantação do Sistema Nacional de
2264 Cultura, se vão criar e ampliar os conselhos que existem, tanto no
2265 plano nacional, como no plano estadual, como nos planos municipais,
2266 tem que dar atenção aos conselheiros, na sua formação. O Sr.
2267 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) agradeceu a presença
2268 do Prof. Dr. Albino e reiterou a importância da parceria estabelecendo
2269 um vínculo direto com os conselhos estaduais e realizando pesquisas
2270 em cada um dos conselhos, aprofundando a agenda. **Item 9)**

2271 **Encaminhamentos, Informes e Breves comunicações:** O Sr. **Du**
2272 **Oliveira** (Música) apresentou sua proposta de alteração quanto ao
2273 GT sobre a Ordem dos Músicos do Brasil; informou que o Sr. João
2274 Blanc que é da federação dos sindicatos da Federação Nacional dos
2275 Sindicatos de Músicos e foi o coordenador do GT trabalho e
2276 recomendação no fórum nacional de música na câmara setorial
2277 lembrou a tempo da seguinte questão: *“Prezado Edu Oliveira e*
2278 *senhores membros do CNPC. Acerca da formação do GT, essa*
2279 *formação ficará desfalcada tecnicamente se não considerar a*
2280 *participação de representantes dos sindicatos, representações*
2281 *trabalhistas oficiais e legítimas dos músicos e do próprio Ministério do*
2282 *Trabalho, fundamental para o suporte técnico e às proposições do*
2283 *GT. Até porque a sua finalidade é fundamental; A AMB se relaciona*
2284 *muito mais ao Ministério do Trabalho e Emprego do que com o MinC.*
2285 *Saudações, João Blanc – Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro –*
2286 *Federação Nacional de Música”*. O Sr. **Du Oliveira** (Música) informou
2287 que seria apenas essa pequena alteração de acrescentar o Ministério
2288 do Trabalho e a Federação do Sindicato de Músico do Brasil no GT. O
2289 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) colocou em votação
2290 e foi aprovada a alteração de inclusão, e fez a leitura da moção
2291 proposta pela Sra. Dora. A Sra. **Dora Pankararu** (Povos Indígenas)
2292 esclareceu que a moção era que o projeto devia ser mantido sem
2293 sofrer qualquer tipo de paralisação para atender a grande demanda
2294 das comunidades e organizações indígenas em relação ao
2295 fortalecimento das suas culturas; e ainda que o Ministério da Cultura
2296 incluísse o referido projeto definitivamente em seu orçamento anual,
2297 e em 2011 fizesse gestões junto à Petrobrás para garantir recursos
2298 para o Prêmio Culturas Indígenas naquele ano, viabilizando a
2299 abertura de um novo edital a partir de março de 2011. O Sr.
2300 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) colocou em votação a
2301 alteração e também foi aprovada sem ressalvas. O Sr. **Ignácio José**
2302 **Kornowski** (Confederação Nacional de Prefeitos) registrou que

2303 postergassem a aprovação da resolução para que dirimissem todas as
2304 dúvidas que estavam surgindo tanto da capacidade ou poder de fazer
2305 uma resolução dessa envergadura; frisou que em relação aos
2306 municípios e os recursos do FNC era muito abrangente, ou seja, não
2307 especificava o percentual destinado ao município e ao estado, poderia
2308 ser repassado 30% ao estado e o município não receber nada;
2309 relatou que carecia uma discussão e um aperfeiçoamento maior,
2310 principalmente na distribuição de verbas. O Sr. **Charles Narloch**
2311 (Artes Visuais) reiterou que é consenso do Conselho que
2312 consideravam extremamente importante a descentralização dos
2313 recursos do FNC aos estados e aos municípios e sugeriu que
2314 colocassem em pauta a discussão dessa resolução. O Sr. **Oswaldo**
2315 **Viegas** (CONNECTAS) explicou que talvez fosse sua última
2316 intervenção, pois não sabia se no ano seguinte estaria no Conselho;
2317 disse que para ele faltava muito estudar os documentos e a
2318 legislação, e que o Conselho estava perdendo espaço para a
2319 Comissão Nacional do FNC; frisou que esse era o Conselho maior,
2320 mas estava ficando com o Conselho do FNC a definição; ressaltou que
2321 perderam um ano e era uma pena, pois a resolução não surtiu efeito.
2322 A Sra. **Rosa Coimbra** (Dança) concordou com as preocupações do
2323 Sr. Oswaldo, e disse que tinha receio de fragilizar, inclusive, na
2324 forma, porque estavam agindo sem estar atento suficiente para
2325 algumas questões do regimento; ressaltou que a primeira
2326 preocupação era legal, de seguir o regimento até para maior
2327 legitimidade naquelas resoluções; observou que devem se
2328 reposicionar como Conselho para evitar que cheguem com esse tipo
2329 de sentimento a partir da gestão que vem. O Sr. **Gustavo Vidigal**
2330 (Secretário Geral do CNPC) reiterou o que foi colocado pela Sra. Rosa
2331 Coimbra e reiterou sobre a importância de tratarem a resolução no
2332 ano seguinte independentemente dele estar lá ou não, os
2333 conselheiros teriam que assumir essa tarefa de delimitar espaços e
2334 competências, e nesse sentido a resolução do Oswaldo era

2335 fundamental. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais) ressaltou que
2336 democracia era isso e que ele seguia na mesma linha; frisou que
2337 precisavam discutir minimamente para terem segurança naquilo que
2338 estavam aprovando, e que tinham que encontrar o meio termo;
2339 ressaltou que se conseguissem estipular um percentual para estados
2340 e municípios conseguiriam resolver isso. O Sr. **Marcos Olender**
2341 (Patrimônio Material) concordou que se houvesse encaminhamento
2342 nesse sentido, tudo bem, e que sua única preocupação era que
2343 ficassem perdidos num jogo. O Sr. **Charles Narloch** (Artes Visuais)
2344 sugeriu de colocarem no mínimo uma citação de que sejam estados e
2345 municípios que tenham feito a adesão ao sistema nacional de cultura
2346 para terem a certeza de que vão para recursos que minimamente
2347 estão se preocupando em relação ao sistema, que façam adesão ao
2348 sistema. O Sr. **Oswaldo Viegas** (CONNECTAS) sugeriu seguirem na
2349 lógica de acompanhar o que o Pró-Cultura estava colocando dos 30%,
2350 até o limite de 30% seria melhor porque estavam exercitando, não
2351 teriam porque exigir um mínimo de 30%. Após deliberações, o Sr.
2352 **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) fez a leitura da
2353 resolução, artigo 7º, com as alterações propostas, qual seja: *“Artigo*
2354 *7º. Utilizar como referência na alocação dos recursos do Fundo*
2355 *Nacional de Cultura – FNC, os critérios propostos na nota técnica*
2356 *01/2009 DGESE MinC. Em especial o anexo VI, disponibilizando até*
2357 *30% dos recursos do FNC para repasse aos estados; Do montante*
2358 *geral destinados aos estados 50% será repassado aos municípios.*
2359 *Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”*, e esta foi
2360 aprovada pelos conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado
2361 naquele momento, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do
2362 CNPC) agradecendo a participação e a paciência de todos, encerrou a
2363 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural.